

**CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA PROFISSÃO
CONTABILÍSTICA EM PORTUGAL: O PRIMEIRO GUARDA-LIVROS
COM DIPLOMA ESCOLAR (1771)¹**

**CONTRIBUTION TO THE HISTORY OF THE ACCOUNTING
PROFESSION IN PORTUGAL: THE FIRST BOOKKEEPER WITH A
SCHOOL DIPLOMA (1771)**

Miguel Gonçalves

RESUMO

O trabalho introduz na historiografia contabilística o nome de um agente português que ajudou a disseminar as partidas dobradas em Portugal e divulga, comentando criticamente, a versão manuscrita original daquele que se crê ser o primeiro diploma de curso de um guarda-livros português. O profissional em questão, Felix Potier (1741-1790), um português nascido em Lisboa, filho de um negociante francês aí radicado, formou-se em 1763, mas apenas em 1771 terá requerido o seu diploma de curso. Potier foi um dos primeiros 61 alunos da Aula do Comércio, escola de contabilidade fundada em 1759 em Lisboa por Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido pelo seu título nobiliárquico de Marquês de Pombal (1770). Dos 61 alunos matriculados aquando da inauguração da escola, apenas 31 terão pedido à Junta do Comércio o seu diploma de conclusão de curso. E, tudo assim o indica, apenas uma dessas cartas de curso certificadoras das habilitações literárias obtidas na Aula do Comércio sobreviveu à inexorável passagem do tempo; aquela que este artigo intenta mostrar à comunidade, datada de 10 de janeiro de 1771, emitida pela Junta do Comércio, a instituição governamental a quem cabia a incumbência de gerir a escola. Potier iniciou o seu percurso profissional no Erário Régio (1763-1767) e depois, em 1767, começou a sua atividade no Colégio Real dos Nobres, instituição na qual foi o responsável pela contabilidade durante mais de 20 anos. As conclusões apoiam-se em fontes primárias de investigação, em legislação e em recursos secundários. O artigo contribui para a literatura com informação que permite um novo verbete no Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio (1974), compêndio de Francisco Santana, cuja atualização se julga muito útil para a história da contabilidade lusófona. O estudo adiciona, bem assim, outros novos elementos ao conhecimento em geral e ao conhecimento da história da contabilidade, em particular, designadamente informação relacionada com a formação escolar de Francisco Bento Maria Targini, tesoureiro-mor do Erário Régio, organização pública estabelecida no Brasil em 1808 pelo Príncipe Regente D. João (futuro Rei D. João VI).

¹ a. Enviado/Submitted: 17-11-16

b. Aceptado/Accepted: 30-05-17

O autor agradece a três revisores anónimos as importantes recomendações sugeridas, as quais contribuíram para melhorar o artigo. Está também grato ao editor da *De Computis*, Fernando Gutiérrez Hidalgo. O texto é dedicado a **Glória Potier Harrison**, 5.^a sobrinha-neta de Felix Potier, atualmente residente nos Estados Unidos da América, e com quem o autor estabeleceu relevante correspondência eletrónica sobre a família Potier.

RESUMEN

El trabajo introduce en la historiografía contable el nombre de un agente portugués que ayudó a difundir la partida doble en Portugal y difunde y comenta críticamente la versión manuscrita original de lo que se cree que es el primer curso de diploma de un tenedor de libros en Portugal. El profesional en cuestión, Felix Potier (1741-1790), un portugués nacido en Lisboa, hijo de un comerciante francés que se estableció allí, se graduó en 1763, pero sólo en 1771 ha requerido su diploma del curso. Potier fue uno de los primeros 61 estudiantes de la Escuela de Comercio de Lisboa, institución fundada en 1759 por el Marqués de Pombal, mejor conocido por su título de Marqués de Pombal (1770). De los 61 estudiantes matriculados en la inauguración de la escuela, sólo 31 solicitarán a la Junta de Comercio su certificado de finalización del curso. Y todo indica que sólo una de estas cartas de certificación de las calificaciones obtenidas en la Escuela de Comercio sobrevivió al paso inexorable del tiempo; la que este artículo intenta mostrar a la comunidad, emitida en 10 de enero de 1771, por la Junta de Comercio, la institución gubernamental a la que correspondía la tarea de gestionar la escuela. Potier comenzó su carrera en la Real Hacienda (1763-1767) y en 1767, comenzó su actividad en el Real Colegio de Nobles, institución en la que era responsable por la contabilidad por un periodo de tiempo superior a 20 años. Los resultados de este artículo están apoyados por fuentes primarias de investigación, legislación y por recursos secundarios. El documento contribuye a la literatura con información inédita, hasta ahora, que permite una nueva entrada en el Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio (1974) [Diccionario de Profesores y Estudiantes de las Escuelas de Comercio], compendio de Francisco Santana, cuya actualización se considera muy útil para la historia de la contabilidad de habla portuguesa. El estudio agrega otros elementos al conocimiento general y al conocimiento de la historia de la contabilidad, en particular, incluyendo información relacionada con la educación de Francisco Bento María Targini, tesorero jefe de la Real Hacienda establecida en Brasil en 1808 por el Príncipe Regente D. João (futuro Rey D. João VI).

ABSTRACT

The paper introduces in the accounting historiography the name of a Portuguese agent who helped to spread double entry bookkeeping in Portugal and seeks to disseminate and comment critically the original handwritten version of what is believed to be the first diploma of a bookkeeper in Portugal. The professional in question, Felix Potier (1741-1790), a Portuguese born in Lisbon, the son of a French merchant settled there, was graduated in 1763, but only in 1771 have required its diploma. Potier was one of the first 61 students of the School of Commerce, an accounting school founded in 1759 in Lisbon by Sebastião José de Carvalho e Melo, best known for his noble title of Marquis of Pombal (1770). Of the 61 students enrolled at the school's inauguration, only 31 have requested their certificate to the Board of Trade, the government institution to whom it was up the task of managing the school. It is believed that only one of these certification course diplomas obtained have survived the inexorable passage of time; the one that this article attempts to show the community, dated January 10, 1771, issued by the Board of Trade. Potier began his career in the Royal Treasury (1763-1767) and then, in 1767, he moved to the Royal College of Nobles, an institution where he was the responsible for accounting for more than 20 years. Our findings are supported by primary sources of research, legislation and secondary resources. The paper contributes to the literature with information that allows a new entry in the Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio (1974) [Dictionary of Teachers and Students of the Schools of Commerce], a compendium of Francisco Santana, whose update is thought to be very useful for the history of Portuguese accounting. The study also adds other elements to the general knowledge and knowledge of the history of accounting, especially information related to the school education of Francisco Bento Maria Targini, general treasurer of the Royal Treasury established in Brazil in 1808 by Prince Regent D. João (future King D. João VI).

PALAVRAS-CHAVE:

Portugal, Aula do Comércio de Lisboa, Estudantes de Contabilidade, Século XVIII, Felix Potier, Targini.

PALABRAS CLAVE:

Portugal, Escuela de Comercio de Lisboa, Estudiantes de Contabilidad, Siglo XVIII, Felix Potier, Targini.

KEYWORDS:

Portugal, Lisbon School of Commerce, Accounting Students, Eighteenth Century, Felix Potier, Targini.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma componente essencial da história de qualquer país (Carnegie, 2005, p. 15). Desde a fundação da nacionalidade portuguesa por D. Afonso Henriques, em 5 de Outubro de 1143, com a assinatura do Tratado de Zamora, até aos dias correntes, foram diversos os acontecimentos marcantes da história contabilística em Portugal (Rocha e Gomes, 2002, p. 593), o que é o mesmo que dizer que são inúmeros os eventos importantes no decurso da história que se relacionam com os contabilistas portugueses, porque “se não há história sem historiadores, não há contabilidade sem contabilistas” (Rodrigues, 2011, p. 60).

A literatura dos últimos 20 anos tem produzido com regularidade excelentes sínteses sobre a evolução histórica da profissão de contabilista em Portugal (Rodrigues e Gomes, 2002; Rodrigues, Gomes e Craig, 2003a, 2005; Guimarães, 2009a,b,c, 2010; Carqueja, 2011a) e também sobre o processo de implementação da regulamentação/normalização contabilística nacional (Ferreira, 1984, 1996, 1997; Ferreira e Regojo, 1996a,b, 2000; Ferreira, 2003; Caria e Rodrigues, 2014; Saraiva, Alves e Gabriel, 2015).² Porém, por acreditar-se não ser possível a compreensão e o entendimento do tempo presente a quem tudo ignora do passado (Rémond, 1994, p. 11), continuam a revelar-se pertinentes na historiografia trabalhos associados às temáticas da profissão e da regulação contabilística, em particular aqueles que explorem os marcos evolutivos e o processo de emergência e consolidação da contabilidade portuguesa e dos seus principais grupos profissionais, relacionando-os, sempre que possível, com os contextos políticos, económicos e sociais que enformaram esses processos. Estudos teóricos e empíricos sobre as profissões têm vindo a realizar-se cada vez mais na Europa e em Portugal (aqui, com destaque para os arquitetos, economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, professores primários, e sociólogos), em particular na área do saber da sociologia das profissões/sociologia dos grupos profissionais, o que envolve o questionamento dos primórdios da formação das profissões em análise, entre outros aspetos (Gonçalves, 2008).

Adicionalmente, são importantes os estudos, quer de micro quer de macro-história, que contribuam para fornecer as bases para o entendimento de “como o conhecimento contabilístico se propagou em Portugal” (Rodrigues *et al.*, 2003a, p. 96, 2005, p. 168), pese embora exista uma tendência muito acentuada para fazer corresponder o início desse momento de difusão à criação da primeira escola de contabilidade a operar em Portugal: a Aula do Comércio, fundada em Lisboa em 1759 por Sebastião José de Carvalho e Melo (mais conhecido por Marquês de Pombal, título nobiliárquico obtido em 1770). O Marquês de Pombal fundou a Aula do Comércio de Lisboa para difundir a contabilidade por partidas dobradas em Portugal (Rodrigues, Carqueja e Ferreira, 2016, p. 506).

² Neste último contexto, o referente à normalização contabilística, Rogério Fernandes Ferreira (1929-2010) foi o investigador que mais contribuiu para a história da normalização contabilística em Portugal (Guimarães, 2011, p. 117).

Portugal assistiu no início da segunda metade da era de Setecentos a uma mudança/rutura na contabilidade, em razão de o Governo ter manifestado o seu poder coercivo para a imposição da escrituração por partidas dobradas nos estatutos de algumas empresas privadas e de organismos públicos (Gomes, 2007, pp. 222-223). Por exemplo, nas instituições públicas, mais concretamente no Erário Régio, a rutura foi notória, porquanto no seu ano de fundação, 1761, apenas transitaram para os quadros da nova repartição seis funcionários da extinta Casa dos Contos (Contos do Reino e Casa) (Rodrigues, 2016b) e a evidência empírica demonstra que o pessoal desta última instituição não se matriculou na Aula do Comércio de Lisboa no primeiro curso, promovido no período 1759-1763 (Gonçalves, 2016), nem em cursos posteriores, o que denota que não houve uma reconversão por parte dos profissionais da Casa dos Contos.³ Tenha-se em vista que a Aula do Comércio ensinava contabilidade por partidas dobradas de forma obrigatória por imposição estatutária (cf. *Alvará de 19 de maio de 1759 – Estatutos da Aula do Comércio, parágrafo 15*).

Estão bem documentados pela historiografia contabilística os papéis dos principais agentes políticos e profissionais intervenientes no processo de mudança contabilística e de transferência e difusão das partidas dobradas ocorrido em Portugal na segunda metade do século XVIII. Consequentemente, o quadro 1 apresenta os principais atores responsáveis pela institucionalização das partidas dobradas em Portugal.

Quadro 1: Agentes difusores das partidas dobradas em Portugal

Nome	Período de vida (indivíduo) ou ano de criação (organismo)	Função	Literatura de referência
<i>Sebastião José de Carvalho e Melo</i> (Marquês de Pombal)	1699-1782	Secretário de Estado de D. José I, de 1750 a 1777. Introdutor político da escrituração por partidas dobradas em Portugal, por via da sua imposição obrigatória nos estatutos das companhias monopolistas de comércio e na legislação fundadora do Erário Régio.	Rodrigues e Craig (2004); Rodrigues, Gomes e Craig (2004); Rodrigues, Craig e Gomes (2007); Rodrigues <i>et al.</i> (2016); Gomes (2007, pp. 114-115); Gomes, Carnegie e Rodrigues (2014); Gonçalves (2013); Gonçalves, Lira e Marques (2013, pp. 153-155).
<i>João Henrique de Sousa</i>	1720-1788	Primeiro professor da Aula do Comércio de Lisboa (de 1759 a 1761) e funcionário superior do Erário Régio (de 1761-1786).	Gomes (2007, p. 153, 156, 222-223, 247); Gomes, Carnegie e Rodrigues (2008, p. 1164, 1172); Rodrigues e Craig (2009, 2010); Carqueja (2010); Gonçalves <i>et al.</i> (2013, pp. 158-160); Rodrigues <i>et al.</i> (2016).
<i>Alberto Jáqueri de Sales</i>	1731-1791	Segundo professor da Aula do Comércio (de 1762 a 1784).	Rodrigues (2009, 2010); Rodrigues <i>et al.</i> (2016).

³ No ano da sua extinção compunha-se a Casa dos Contos de um total de 102 funcionários, ao passo que o Erário Régio passou a contar com apenas 38 trabalhadores (Sousa Franco e Paixão, 1995, pp. 12-13, 52-53). Os Contos do Reino e Casa executavam a contabilidade por partidas simples (Rau, 1951).

<i>José Francisco da Cruz</i>	1717-1768	Provedor da Junta do Comércio, em 1759; tesoureiro-mor do Erário Régio; e diretor de algumas companhias pombalinas de comércio.	Gonçalves (2013); Gonçalves <i>et al.</i> (2013, pp. 155-158); Gonçalves e Marques (2015).
<i>João Baptista Bonavie</i>	1705-1780	Autor do primeiro livro, impresso, em português, sobre contabilidade por partidas dobradas: o <i>Mercador Exacto</i> (1758).	Guimarães (2005); Carqueja (2002, p. 12, 30, 134, 2011b); Gomes (2007, p. 23, 156, 218, 223); Gonçalves (2015).
<i>Funcionários do Erário Régio</i>	1761	Agentes difusores das partidas dobradas em Portugal.	Sousa Franco e Paixão (1995); Gomes (2007); Gomes <i>et al.</i> (2008, 2014); Rodrigues (2011, 2016b).
<i>Primeiros contabilistas formados em Portugal (Aula do Comércio)</i>	1759	Agentes difusores das partidas dobradas em Portugal. Ano de conclusão do curso: 1763.	Gonçalves (2016).

Elaboração própria

Todavia, outros agentes de mudança assumiram protagonismo como figuras ativas no que concerne à implementação das partidas dobradas em Portugal. Nesta ordem de ideias, a presente pesquisa assume como objetivo principal a introdução na historiografia contabilística do nome de mais um agente que contribuiu em Portugal para a difusão das partidas dobradas como tecnologia de referência – “tecnologia de Governo”, na feliz expressão de Subtil (2006, p. 41) –, ajudando a executar o plano de reforma pombalina, o qual visava dotar a contabilidade das instituições entretanto criadas ou reformuladas de uma maior racionalidade, controlo e verificação. O seu nome é Felix Potier, um guarda-livros diplomado pela Aula do Comércio de Lisboa. A sua importância para a história da contabilidade portuguesa assume-se como o assunto do *paper*. Neste exato sentido, o trabalho pretende cobrir o vazio historiográfico identificado na literatura sobre o tema Felix Potier, divulgando, ineditamente, a fonte manuscrita do seu diploma de curso, o qual, tanto quanto é do nosso conhecimento, foi o primeiro passado pela Aula do Comércio a um estudante que ajudou a diplomar. A literatura não referiu até ao presente trabalho a quem pertence o primeiro diploma de um contabilista em Portugal. Ao fazer isto, esta contribuição expande o trabalho de Gonçalves (2016, p. 96) acerca dos primeiros contabilistas formados por via institucional em Portugal, designadamente por dar a conhecer informação detalhada portadora de novidade sobre um deles em particular: Felix Potier. Desta forma, a principal questão de investigação a que se intenta dar resposta é: ‘quem foi Felix Potier e qual a sua importância para a história da contabilidade em Portugal?’

A motivação para este *paper* deve-se fundamentalmente a duas ordens de razão: (1) responder aos reptos de Carmona e Zan (2002) e de Carmona (2004) para que se torne mais amplo o mapa da variedade dos trabalhos em história da contabilidade, designadamente pela expansão do segmento de tempo (antes de 1850) e da área geográfica (para além dos países anglo-saxónicos) e (2) corresponder à chamada de Burchell, Clubb, Hopwood, Hughes e Nahapiet (1980) para que se identifiquem e percebam quais os agentes sociais e políticos envolvidos na emergência e no desenvolvimento da contabilidade. Acredita-se que o estudo dos

percursos pessoais e profissionais de agentes disseminadores da contabilidade por partidas dobradas são fontes relevantes de informação para a compreensão da história da contabilidade.

Este trabalho afigura-se relevante, tanto quanto contribui para o aumento do conhecimento em história da contabilidade pela divulgação de aspetos pessoais e profissionais da figura em apreço e, especialmente, pela divulgação e análise crítica do seu diploma de curso, devidamente enquadrada pelo contexto contabilístico da época. Permite juntar mais uma peça ao *puzzle* da história da contabilidade portuguesa do século XVIII, pela exploração da contribuição específica de um prático da contabilidade. Esta breve nota de pesquisa, qualificável como um estudo de micro-história (Carnegie e Walker, 2007a,b), é também importante uma vez que ambiciona dar voz a um indivíduo que não fazia parte das elites nacionais, como eram os casos, por exemplo, de Pombal (um estadista), de João Henrique de Sousa (uma figura de proa do Erário Régio e um conceituado homem de negócios), de José Francisco da Cruz (um tecnocrata e opulento homem de negócios, bem como o braço direito de Pombal para os assuntos comerciais do reino) e de Alberto Jaquéri de Sales (professor da Aula do Comércio). Na medida em que se sabe muito pouco sobre as contribuições específicas de práticos da contabilidade do século XVIII português, a *Idade de Ouro* da contabilidade nacional, o artigo contribui para que se não possa desvanecer no tempo a ação dos “homens que à contabilidade dedicaram o seu labor intelectual e profissional”, ajudando a construir o trilho de uma profissão (Barata, 1998, p. 137). Deste ponto de vista, como sustentam Gomes e Rodrigues (2009, p. 225), “a contabilidade contemporânea não pode ser compreendida sem a referência a personalidades importantes que contribuíram para o desenvolvimento contabilístico”.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa firmou-se nos seguintes dois pressupostos: a) quanto aos objetivos, descritiva; e b) quanto à abordagem do problema, qualitativa (ver, para ambos, Raupp e Beuren, 2006, pp. 81-82, 91-92). Cumpre lembrar que, por natureza, a investigação qualitativa é subjetiva (Flick, 2009, p. 16; Stake, 2012, p. 60), que a subjetividade do investigador e dos objetos de estudo em pesquisa torna-se parte do próprio processo de investigação (Flick, 2009, p. 16) e que todas as investigações dependem de interpretação (Stake, 2012, p. 56). A perspetiva interpretativa está em conformidade com a investigação desenvolvida na área de saber das ciências sociais, a qual aspira identificar e classificar a informação de uma forma sistemática em linha com interpretações sobre o objeto de pesquisa (Gomes e Rodrigues, 2009, p. 231). No demais, os procedimentos técnicos utilizados pela corrente investigação para a coleta de dados permitem credenciá-la como (1) documental, pois foram estudadas fontes primárias de arquivo (manuscritos do século XVIII e legislação da época), e (2) bibliográfica, em razão de ter compulsado diversas fontes secundárias de informação, em particular livros, monografias, artigos científicos e profissionais de periódicos internacionais e nacionais, dicionários e comunicações apresentadas em encontros científicos (Gil, 2002, pp. 44-47; Raupp e Beuren, 2006, pp. 86-87, 89-90).⁴ De

⁴ Cabe considerar que se emprega aqui a definição mais ou menos consensual de Gil (2002, p. 45): fontes primárias são as que não receberam tratamento analítico prévio, ao passo que as secundárias respeitam a contribuições dos diversos autores sobre o assunto em apreço.

acordo com Yin (2009, pp. 8-11), a análise de arquivo é particularmente apropriada sempre que estiverem reunidas duas condições: (a) se não for possível o controlo, por parte do investigador, dos eventos comportamentais dos agentes estudados; e (2) se a pesquisa for sobre acontecimentos não contemporâneos. As principais fontes primárias de arquivo foram localizadas presencialmente em Lisboa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Portugal. Tal como referido por Gomes e Rodrigues (2009, p. 229), “a verdade é que o recurso aos arquivos para a obtenção de dados primários continua a ser essencial na investigação em história da contabilidade”.

É muito elementar a estrutura desta nótula de investigação. Depois da introdução, a segunda secção prossegue com referências ao protagonista da crónica, Felix Potier, e à sua *alma mater*, a Aula do Comércio. A terceira secção mostra o diploma de curso do futuro guarda-livros Potier e salienta a sua importância histórica para a contabilidade. A quarta secção coloca em destaque os contributos do artigo e discute o que previamente se expôs. O artigo fecha com a conclusão, referências aos possíveis motivos de interesse para a comunidade internacional e pistas para investigação futura.⁵

2. O GUARDA-LIVROS FELIX POTIER (1741-1790)

A instituição escolar que Pombal fundou em Lisboa em 1759 registou entre os seus alunos diplomados casos notáveis da história geral portuguesa. Em abono deste facto, a literatura aduz por norma, entre outros, os nomes de (i) Joaquim Pedro Quintela (1748-1817), abastado negociante e capitalista lisboeta, com curso terminado em 1770 (3.º curso, 1767-1770), (ii) Alexandre Herculano⁶ (1810-1877), liberal e intelectual oitocentista, formado em 1827, e (iii) Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), ilustre dicionarista e bibliófilo, diplomado em 1830 (Santana, 1974, p. 4, 25, 31).

A estes três exemplos geralmente citados pela literatura por serem quase de domínio público no tema da Aula do Comércio, o presente escrito acrescenta ao conhecimento contabilístico mais dois aulistas insígnies: Joaquim José de Azevedo (1761-1835) e Francisco Bento Maria Targini (1756-1827). Joaquim José de Azevedo, aulista do 5.º curso (1776-1783), diplomado em 1783 (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólhos 36r e 36v*), tesoureiro da Casa Real em 1807, foi o oficial que, a mando do Príncipe Regente D. João (futuro D. João VI, em 1816), superintendeu os preparativos para o embarque

⁵ *In fine*, importa esclarecer que, quanto ao protocolo de referenciação, sempre que as citações forem demasiadamente específicas — mas, ainda assim, não literais —, optou-se por indicar a página de onde foram retiradas (o leitor deve ser capaz de localizar a referência sem que para isso tenha de ler a publicação na íntegra). Na eventualidade das citações corresponderem a ideias generalistas expressas nas fontes consultadas ou que nelas se repetem continuamente, a opção recaiu no formato tradicional de apenas se aludir ao ano de publicação da referência bibliográfica em apreço.

⁶ Não virá decerto a despropósito recordar que para Herculano a história apresentava-se como uma ciência social destinada a enriquecer o presente com a experiência do passado (Ramos, 1979, p. 186).

da família real para o Brasil (Pedreira e Costa, 2006, p. 146, 155) em 29 de novembro de 1807 (para fugir às tropas de Napoleão). Por outro lado, Francisco Bento Targini, aulista do 4.º curso (1771-1774) (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fôlio 6v*), foi o (muito contestado no Brasil) homem de confiança escolhido por D. João para tesoureiro-mor no Erário Régio do Brasil (Constâncio, 1839, p. 121; Silva, 1859, p. 352; Lima, 1908, p. 934; Pedreira e Costa, 2006, p. 154), instituição estabelecida no Rio de Janeiro por Alvará de 28 de junho de 1808 (Pedreira e Costa, 2006, p. 209; Rodrigues e Sangster, 2013, p. 169), poucos meses depois da chegada da corte à então colónia portuguesa.

No que concerne a questões de terminologia, é geralmente aceite no nosso país a ideia de que a primeira designação dos profissionais de contabilidade foi a de contador e, depois, a de guarda-livros. Na acepção de Guimarães (2009a, p. 104, 2009b, p. 26, 2010, p. 741), a primeira referência conhecida à profissão de guarda-livros pode encontrar-se num documento do ano de 1759, os Estatutos da Aula do Comércio (cf. *Alvará de 19 de maio de 1759 – Estatutos da Aula do Comércio, parágrafo 11*).

Porém, com maior precisão, já no século XVII o ofício de guarda-livros existia oficialmente, como se comprova pela análise do Regimento da Junta do Comércio Geral do Estado do Brasil, de 1672, assinado pelo Príncipe Regente D. Pedro (futuro D. Pedro II, rei de 1683 a 1706).⁷ Com efeito, o capítulo 42, de um total de 99, faz menção explícita ao guarda-livros (*de verbo ad verbum*) da contadoria da organização (cf. *Decreto de 19 de setembro de 1672 – Regimento da Junta do Comércio Geral do Estado do Brasil, capítulo 42*).

Não existindo em Portugal, antes de 1759, uma classe de contabilistas com formação escolar especializada (Rodrigues *et al.*, 2003a, p. 102; Rodrigues *et al.*, 2005, p. 173), passaram estes profissionais, como se sabe, a serem formados pela Aula do Comércio. Portugal foi a primeira nação a oficializar o ensino da Contabilidade, por intermédio da Aula do Comércio de Lisboa (Gonçalves da Silva, 1953, p. 19), razão pela qual é muito rica a herança deixada em Portugal por este estabelecimento de ensino. Na génese da instituição influiu grandemente a nova política económica incutida e iniciada por Pombal, a qual, como observa Cardoso (1989, p. 37), produziu significativos desenvolvimentos comerciais e manufactureiros sobretudo no último quartel do século XVIII, um período de expansão, crescimento e relativa prosperidade em Portugal.

⁷ Esta Junta do Comércio seiscentista, bem menos citada na historiografia do que a homónima Junta do Comércio fundada em 30 de setembro de 1755, resultou, de acordo com Boxer (1949), da nacionalização efetuada pela coroa em 1662 à Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil (1649-1662), uma empresa privilegiada fundada sob o estímulo do Padre António Vieira (1608-1697). Extinta em 1662, a Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil foi incorporada no Estado nesse ano e, em lugar desta sociedade, foi criada a Junta do Comércio, uma entidade administrativa incumbida de regular as frotas de navios mercantes para esse território, sendo dissolvida em 1720 (Borges de Macedo, 1971, p. 640; AA. VV., 1994, p. 133; Oliveira, 2001, p. 205). Por conseguinte, não deve confundir-se com a mais conhecida Junta do Comércio *pombalina* (1755), esta última caracterizada por Costa, Lains e Miranda (2014, p. 272) como um “braço do Estado”.

A escola foi inaugurada em plena vigência do consulado pombalino, mais concretamente em 1 de setembro de 1759, tendo o primeiro curso terminado em meados de 1763 (depois dos três anos do curso, havia sempre um período de exames que por norma prolongava o triénio de aprendizagem). Matricularam-se neste primeiro curso 61 alunos (Cardoso, 1984, p. 89) e Felix Potier foi um desses estudantes (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólio 15r*).

É antiga a tradição historiográfica deste estabelecimento de ensino, iniciada por Ratton (1813, pp. 252-258) e continuada, entre outros, por Santana (ver, por todos, 1974, 1985), Cardoso (1984), Ferreira, Kedsle e Freitas (1995), Rodrigues e Craig (2004) e Rodrigues *et al.* (2004, 2007, 2016). Em síntese, a Aula do Comércio correspondeu a uma instituição escolar fundada em Lisboa em 1759 pela ação política do principal secretário de Estado do Rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo (Conde de Oeiras, em 1759, e Marquês de Pombal, em 1770), um governante que é, como argumenta Monteiro (2006, p. 49), “sem discussão, um dos personagens da história portuguesa sobre os quais mais se escreveu e, no entanto, muito há ainda por saber”.

A escola que ajudou a criar ensinava obrigatoriamente contabilidade por partidas dobradas (cf. *Alvará de 19 de maio de 1759 – Estatutos da Aula do Comércio, parágrafo 15*). O seu primeiro professor, de 1759 a 1762, foi o setubalense João Henrique de Sousa (1720-1788), que foi substituído, quando decorria ainda o primeiro curso, em 1762, por Alberto Jaquéri de Sales (1731-1791), suíço de nascimento, mas naturalizado português em 1759. O primeiro curso começou com Sousa, mas foi terminado por Sales.

Felix Potier era filho de um comerciante francês radicado em Lisboa (Labourdette, 1988, p. 579), cujo nome era Jean Baptiste Potier (1692-1771). Nascido em Lisboa na freguesia/paróquia de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 1741, foi batizado um mês depois, em 28 de março; os seus pais foram o já citado Jean Baptiste Potier (1692-1771) (João Baptista Potier, no assento de batismo – nome aportuguesado) e Teresa Palavecina (1706-1771) (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registos Paroquiais, Lisboa, Paróquia de Santa Catarina, Batismos 1739-1747, Livro B11, fólhos 56v e 57r*), uma lisboeta descendente, pelo lado paterno, de italianos (Nemésio, 2016).

Admitido à Aula do Comércio com 18 anos, terá revelado no seu percurso escolar dotes de aluno destacado e responsável, porquanto somos informados por Santana (1987a, p. 45) de que ele, durante grande parte do tempo do primeiro curso (1759-1763), exerceu a função de decurião (o primeiro decurião da escola, com rigor). O decurião era um aulista escolhido pelo professor (lente) a quem, de tarde, competia ajudar outros alunos, os decuriados, a rever e a praticar as matérias aprendidas na parte da manhã (Rodrigues *et al.*, 2004, p. 60).

O nosso protagonista casou em 1777, em Lisboa, com Joaquina Margarida Santa Ana (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registos Paroquiais, Lisboa, Paróquia de Santos-o-Velho, Casamentos 1776-1782, Livro C16, fólio 25r*), sendo que uma das testemunhas do casamento foi o *todo-poderoso* Joaquim Inácio da Cruz Sobral (1725-1781) (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registos Paroquiais, Lisboa, Paróquia de Santos-o-Velho, Casamentos*

1776-1782, *Livro C16, fólho 25r*), à época tesoureiro-mor do Erário Régio (Gramoza, 1882, p. 128; Ramos, 2007, p. 250).

Felix Potier era irmão de Mateus Potier (1736-1796), um importante comerciante da Praça de Lisboa, matriculado como homem de negócios, em 1773-1774, na Junta do Comércio, para coleta do imposto profissional (a décima) da sua atividade (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 372, fólho 6r*).

Em termos de prestígio social, Felix Potier atingiu a cúpula, uma vez que em 1774 foi-lhe atribuído o hábito da Ordem de Cristo (Labourdette, 1988, p. 580; Nemésio, 2016), a principal condecoração do Antigo Regime português.

“Faleceu de repente”, a 29 de novembro de 1790 na freguesia/paróquia de Santa Catarina, em Lisboa, sobrevivendo-lhe a esposa e quatro filhas (Nemésio, 2016).

3. DIPLOMA DE CURSO DE FELIX POTIER

A revisão da literatura aponta apenas para duas cartas de aprovação de estudantes diplomados pela Aula do Comércio de Lisboa, mas com particularidades, ambas, que importa enunciar.

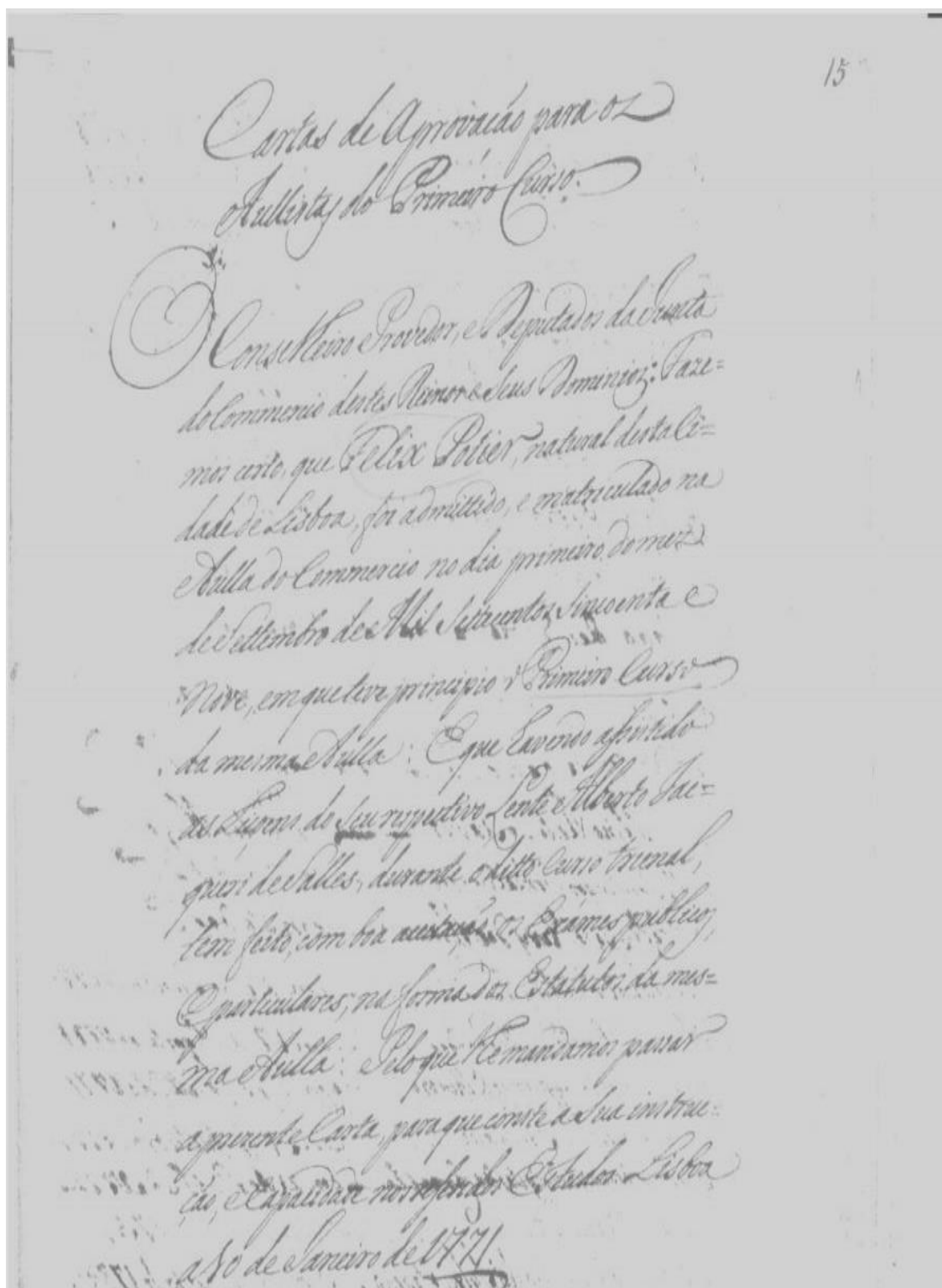
Em 1934, sob o título “Um antigo diploma de guarda-livros”, a *Revista de Contabilidade e Comércio* publicou uma pública forma de diploma, de 1812, do aluno José Maria Rodrigues (*Revista de Contabilidade e Comércio*, 1934, p. 325). Deve ser sublinhado que o que saiu à estampa, nesse ano de 1934, foi a versão datilografada e não a fonte primária do diploma escolar do estudante José Maria Rodrigues. Rodrigues *et al.* (2003b, p. 54) e Gonçalves (2009, p. 208) republicaram, também, este diploma de 1812, nos mesmos moldes, isto é, reproduziram o texto saído em 1934 na *Revista de Contabilidade e Comércio*.

A outra carta de curso consta de um trabalho de Azevedo (1961, p. 23), o qual reproduz, em versão de imprensa, o diploma de Felix Potier. Todavia, a menção à fonte não foi por este autor efetuada de forma plena. Mais tarde, Gonçalves (2009, p. 205) refere o escrito de Azevedo (1961, p. 23), repetindo-o integralmente, mas indicando que a carta de curso era de 1762, o que se sabe hoje não ser correto, como veremos.

Seja como for, e em resumo, no que concerne à carta de curso mais antiga, a de Potier, talvez por motivos tecnológicos, ou quaisquer outros que desconhecemos, a verdade é que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a mesma apareceu sempre na literatura da Aula do Comércio em letra de imprensa e não conforme o original manuscrito.

Desta feita, o documento 1 mostra à comunidade o primeiro diploma de curso de que se tem conhecimento em Portugal (reprodução - reduzida - da fonte manuscrita original, com transcrição para português moderno logo de seguida e, depois, para inglês e para castelhano).

Documento 1 - Carta de Curso de Felix Potier (aulista do 1.º curso da Aula do Comércio de Lisboa)



Fonte (documento 1): Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólio 15r

“Cartas de Aprovação para os Aulistas do Primeiro Curso

O Conselheiro Provedor⁸ e deputados da Junta do Comércio destes Reinos e seus Domínios: fazemos certo que **Felix Potier** [negrito acrescentado], natural desta cidade de Lisboa, foi admitido e matriculado na Aula do Comércio, no dia primeiro de setembro de mil setecentos e cinquenta e nove, em que teve princípio o primeiro curso da mesma aula. E que havendo assistido às lições do seu respetivo lente Alberto Jacquéri de Sales, durante o curso trienal tem feito com boa aceitação os exames públicos e particulares, na forma dos estatutos da mesma aula. Pelo que mandamos passar a presente carta para que conste a sua instrução e capacidade nos referidos estudos. Lisboa, a 10 de janeiro de 1771.” [ortografia e pontuação modernas.]⁹

“Letters of Approval to the Students of the First Course

The *Conselheiro Provedor* [President of the Board of Trade and Councillor of His Majesty King Joseph I] and deputies of the Board of Trade of these Kingdoms and its Dominions: we make sure that **Felix Potier** [bold added], native of this city of Lisbon, was admitted and enrolled in the School of Commerce, on the first of September of one thousand seven hundred and fifty-nine, which was the beginning of the first course of the same class. And that having attended the lessons of his respective teacher, Alberto Jacquéri de Sales, during the three-year course, has been doing well acceptably the public and private examinations in the form of the statutes of the same class. Thereby, we order that a letter of approval is to be done to certify his instruction and ability in such studies. Lisbon, on January 10, 1771.” [modern English.]

“Cartas de Aprobación a los Estudiantes del Primer Curso

El *Conselheiro Provedor* [Presidente de la Junta de Comercio y Consejero de Su Majestad el Rey José I] y diputados de la Junta de Comercio de estos Reinos y sus Dominios: nos aseguramos de que **Felix Potier** [negrita añadida], originario de esta ciudad de Lisboa, fue admitido y se inscribió en la Escuela de Comercio, en el primero de Septiembre de mil setecientos cincuenta y nueve, que fue el inicio del primer curso de la misma escuela. Y que después de haber asistido las lecciones de su respectivo profesor Alberto Jacquéri de Sales, durante el curso de tres años, ha ido bien y aceptablemente en los exámenes públicos y privados en la forma de los estatutos de la misma escuela. Por lo tanto, ordenamos que una carta de aprobación se deba hacer para certificar su instrucción y habilidad en este tipo de estudios. Lisboa, el 10 de enero, 1771.” [castellano moderno.]

Deve assinalar-se que a carta de curso foi passada em janeiro de 1771, como se constata, muito embora Potier tenha concluído o curso no ano de 1763. O hiato de tempo decorrido entre a sua graduação (1763) e a emissão do seu certificado de curso (1771) configurava uma situação muito comum entre os aulistas de comércio nos primeiros anos de

⁸ Em 1771, o Provedor da Junta do Comércio era Joaquim Inácio da Cruz Sobral (1725-1781), nomeado Conselheiro da Fazenda em 1768. Ele foi Provedor da Junta do Comércio no período 1767-1774.

⁹ O autor agradece a um *referee* anónimo a sugestão de tradução do diploma para inglês e para castelhano da carta de aprovação de Felix Potier como aluno do primeiro curso da Aula do Comércio.

existência da escola; a explicação radica na circunstância de, apenas em 1770, por intermédio da Carta de Lei de 30 de agosto, o Governo ter regulamentado a profissão de guarda-livros, tornando obrigatórios os estudos da Aula do Comércio para lugares da administração pública e do sector privado, como, por exemplo, as contadorias do Erário Régio e as contadorias das companhias gerais de comércio, respetivamente (v. *Carta de Lei de 30 de agosto de 1770 – parágrafos 10 e 9*).

Ora, foi precisamente numa instituição da administração pública, o Colégio Real dos Nobres (1761-1837), que Potier veio a fazer carreira como guarda-livros. Este estabelecimento de ensino foi fundado por Pombal em 1761 (mas inaugurado cinco anos depois, em 1766) para instrução de jovens aristocratas portuguesas, como a sua denominação assim o indica (veja-se a *Carta de Lei de 7 de março de 1761 – Estatutos do Real Colégio dos Nobres*, assinada pelo rei e por Pombal, na altura Conde de Oeiras; cf., também, Sequeira, 1916, pp. 278-313; Aguiar, 1935; Rómulo de Carvalho, 1959). Tratava-se, evidentemente, de um tipo de ensino privilegiado para uma camada da população em especial (a nobreza), um traço típico do Antigo Regime português. No arco cronológico 1766-1768, os dois estabelecimentos de instrução, a Aula do Comércio de Lisboa e o Colégio Real dos Nobres, situavam-se defronte um do outro na artéria que corre hoje em Lisboa sob o nome de Rua da Escola Politécnica.

De regresso a Potier, “atual escriturário do Erário Régio em 1767”, a Carta Real de 30 de abril desse ano nomeia-o guarda-livros da contadoria do Colégio Real dos Nobres, com um ordenado anual de 400\$000¹⁰ (400 000 réis) (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colégio dos Nobres, Livro 51, fólhos 18r e 18v*).¹¹ Entrara em agosto de 1763 no Erário Régio, onde desempenhou a função de escriturário da Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 56) até 1767. O Erário Régio, fundado em 1761, assumiu-se como um dos baluartes da intervenção pombalina na administração central e, introduzindo a contabilidade por partidas dobradas, entendida como técnica-chave da modernização estatal, contribuiu instrumentalmente para os saldos positivos nas contas públicas durante o período 1762-1776 (Costa *et al.*, 2014, pp. 275-276); e substituiu a precária estrutura administrativa para cobrança de impostos (a Casa dos Contos), trazendo ordem e racionalidade ao sistema disperso de administração financeira que prevalecera em Portugal até então, conseguidas principalmente através do uso generalizado da contabilidade por partidas dobradas (Cardoso e Cunha, 2012, p. 625).

Com um percurso de quatro anos no Erário Régio, Felix Potier personificou e deu corpo a uma função importante que a Aula do Comércio de Lisboa ajudava a cumprir e que no arco temporal pombalino se tornava cada vez mais clara: a formação de técnicos que iriam preencher os vários cargos na administração financeira do Império Português, em especial no Erário (Cardoso e Cunha, 2012, p. 627; ver, também, Gonçalves, 2016).

¹⁰ Para se aferir do elevado estatuto social de que nesta época beneficiavam os guarda-livros em Portugal, tenha-se em mente para termo de comparação que um mestre régio de ler, contar e escrever (professor primário), vencia anualmente, em 1772, entre 40\$000 (40 000 réis) a 90\$000 (90 000 réis), consoante a localização da sua classe no reino (Gomes, 1982, p. 68; Nóvoa, 1987, p. 420).

¹¹ Pode ver-se esta Carta Real de 30 de abril de 1767 no final do artigo (cf. ANEXO – documento 2).

Depois da saída do Erário Régio, em 1767, o trajeto profissional de Potier foi todo ele feito no Colégio Real dos Nobres, instituição na qual desempenhou os mais diversos cargos, de guarda-livros a escrivão do tesoureiro, passando por secretário da Junta da Administração da Fazenda do colégio e escrivão da sua conservatória, também (Aguilar, 1935, p. 65). Interessante polivalência de funções, atestando que os atributos exigidos ao contabilista configuram uma dimensão desde sempre presente na profissão, a comprovar que, pelo menos aqui, como se acreditava na Antiguidade Clássica, a história repete-se.¹²

O *Almanaque* do ano de 1788 ainda refere Felix Potier como funcionário do Colégio Real dos Nobres (Almanach, 1788, p. 135, 272), o que contribui também para dizer que a contabilidade começava aqui a dar os primeiros passos em termos de legitimação profissional. Isto porque os *Almanaques* correspondiam a publicações impressas anualmente com a relação de nomes de figuras cujas funções eram tidas como de relevância pública, designadamente aquelas ao serviço da coroa.¹³ À época, a divulgação dos nomes dos guarda-livros visaria, porventura, a prossecução do interesse público, “entendido como o interesse geral de uma comunidade e como uma exigência de satisfação das necessidades coletivas” (Caiado Guerreiro, 2007, p. 286).

À vista do que fica exposto, a Aula do Comércio e os estudantes e profissionais nela diplomados como Felix Potier, ajudaram a lançar em Portugal as primeiras sementes – bastante incipientes, é certo –, para a institucionalização/regulamentação da profissão de contabilista, um processo lento, sinuoso, não linear e que ao longo do caminho contou com adversas pressões institucionais e contextuais vindas dos mais diversos quadrantes, em especial das áreas política (Rodrigues e Gomes, 2002), associativa¹⁴ (Coelho, 2015) e académica (Baptista da Costa, 2006); um processo que, como bem lembra Rodrigues (2016a, p. 5), envolveu “uma luta de séculos”, cujo ponto culminante foi atingido em 1995 com a “tão almejada regulamentação da profissão” (Rodrigues e Gomes, 2002, p. 141; Rodrigues, 2016a, p. 5).

¹² Para uma panorâmica apreciação crítica das atuais funções de um contabilista certificado em Portugal, veja-se Matos (2016, pp. 27-31) e Nunes (2016, pp. 81-119). É consabido que as funções do contabilista certificado (atos próprios da profissão) vêm enunciadas no artigo 10.º do *Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados*, sob o título *Atividade Profissional* (Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro). Para um tributo e homenagem à ação política, associativa e empreendedora de António Domingues de Azevedo, fundador e primeiro bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados, recentemente falecido, confira-se Rodrigues (2016).

¹³ O primeiro *Almanaque* é de 1782 e o último de 1823, mas houve anos em que as edições não eram feitas. A partir de 1787, inclusive, o *Almanaque* começa a incluir listas de negociantes (Cardoso, 1989, p. 222). Publicavam-se em Lisboa, sob os auspícios da Academia das Ciências de Lisboa (fundada em 1779). Vê-se na *Revisores e Auditores*, órgão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, um muito vantajoso artigo sobre a Academia das Ciências de Lisboa (cf. Antunes, 2012).

¹⁴ Informações concretas deste teor (pressões de associações de profissionais) podem colher-se em Coelho (2015, p. 18), quando a autora afirma que os revisores oficiais de contas e os economistas constituíram-se núcleos de resistência à regulamentação da profissão de técnico de contas.

4. DISCUSSÃO/CONTRIBUTOS

O escrito almeja ser um contributo válido para a história da profissão e do processo de profissionalização em curso na segunda metade de Setecentos em Portugal, um arco cronológico em que simultaneamente se institucionalizou a contabilidade em Portugal, por intermédio, principalmente, de um (1) sistema de ensino próprio (a Aula do Comércio), de um (2) mercado para os profissionais (o Erário Régio, a Junta do Comércio, a Real Fábrica das Sedas, as companhias de comércio pombalinas, de entre outras instituições), de (3) iniciativas legislativas (vejam-se os estatutos das companhias gerais de comércio, os quais impunham de forma coerciva a contabilidade por partidas dobradas como método contabilístico a usar), de um (4) processo de regulação governamental instituidor de privilégios, saídas profissionais asseguradas, fixação de ordenados e inscrição obrigatória na Junta do Comércio (a Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, em particular) e da (5) publicação/impressão de livros em português para os profissionais de contabilidade (de que é exemplo o *Mercador Exacto*, 1758, de João Baptista Bonavie¹⁵ e o *Tratado sobre as Partidas Dobradas*¹⁶, de 1764, de autor anónimo, publicado em Turim).

Pese embora a presente contribuição faça uso implicitamente de uma definição simplista de *profissão*, um termo controverso (Gonçalves, 2008, p. 189), mas que do ponto de vista utilitário é comumente entendida como um conjunto de pessoas que exercem de forma remunerada a mesma ocupação profissional, a qual envolve prolongada aprendizagem e qualificação formal (Matthews, 2017, p. 306), fica nela demonstrado que o agente da contabilidade evocado, Felix Potier, fez parte do processo de emergência e sedimentação do grupo profissional dos contabilistas iniciado em Portugal sob os auspícios da ação governativa de Pombal. Potier integrou o rol dos 61 alunos que, nessa qualidade, ajudaram a inaugurar a Aula do Comércio de Lisboa.

Dos 61 alunos matriculados em 1759, apenas 31 terão pedido o seu diploma de curso (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólhos 15r e 15v*), ou, outra interpretação, apenas 31 deles terminaram os seus estudos de três anos na Aula do Comércio. É plausível a ideia de que alguns dos 61 alunos possam não ter requerido o documento formal. Veja-se, em apoio desta hipótese, Gomes (2007, p. 251), que nos dá conta do nome de alguns aulistas que foram exercer contabilidade para as colónias do reino de Portugal, contribuindo para disseminar pelos domínios ultramarinos do então Império Português a contabilidade por partidas dobradas, bem como os conhecimentos de comércio.

¹⁵ Em 1758 publicou-se em Lisboa o primeiro livro em português sobre contabilidade e que foi, em simultâneo, o primeiro livro sobre contabilidade por partidas dobradas que se imprimiu em Portugal e em língua portuguesa (Carqueja, 2011b). João Baptista Bonavie (1705-1780) era francês, nascido em Antibes como Jean Baptiste Bonavie e, à data em que escreveu o *Mercador Exacto*, exercia em Lisboa como mercador de retalho de lã e seda (Gonçalves, 2015).

¹⁶ Para o *Tratado sobre as Partidas Dobradas* (1764), estude-se Guimarães (2008) e Carqueja (2012).

Dos 31 alunos a quem foi emitida uma carta de aprovação como certificado de conclusão dos estudos, apenas um viu a sua carta de curso sobreviver à inexorável passagem do tempo e da ação humana: Felix Potier. Os outros 30 estudantes apenas mereceram uma curta nota de registo¹⁷ atestadora da aprovação no curso, não ultrapassando essa nota uma singela linha por aluno (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólhos 15r e 15v*). Evidentemente que, entre 1763 e 1770, outros alunos, que não os 31, podem ter solicitado à Junta do Comércio certificados das suas habilitações literárias, mas, se assim procederam, não existe prova documental que testemunhe essa conjectura.

O artigo fornece à literatura informação que corresponde a acrescentar um novo verbete no *Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio* (1974), compêndio de Francisco Santana. A atualização é importante para a história da contabilidade lusófona. Anote-se que foram feitos ligeiros aditamentos a este mesmo compêndio no final dos anos 80 (cf. Santana, 1987b,c, 1988). Neste sentido, este estudo também encoraja a elaboração de outras contribuições para essa realização.

Este texto corresponde a um escrito breve, com caráter divulgador, e por esta razão não foram tecidas muitas considerações acerca do contexto social, económico e político da época, em particular este último. O reinado (1750-1777) de D. José I e o consulado pombalino (1750-1777, também) marcaram, como se expôs, uma rutura com anteriores épocas.¹⁸ Evidenciando a rutura, note-se que em Portugal, antes do consulado pombalino, em termos de contabilidade, estava em vigor uma norma das Ordenações Filipinas (1603), a qual estipulava a obrigação de escrita pelo *livro de razão* em caso de quebra (falência) dos mercadores (*Ordenações Filipinas* [1603], *Livro Quinto, título 66, preâmbulo – dos mercadores que quebram e dos que se levantam com fazenda alheia*).¹⁹ “O livro de razão consistia num livro

¹⁷ Os 30 lacónicos assentos foram escritos entre os anos de 1770 a 1784.

¹⁸ A literatura assinala que a contabilidade portuguesa desenvolveu-se no período de 1750 a 1777, porque o governo impôs de forma coerciva, em letra de lei, o sistema contabilístico das partidas dobradas (*vide* Gomes, 2007). É sabido que, por vezes, é longa a distância entre o decretado e o realizado, mas com Pombal esse trajeto era curto. Para este governante, o objetivo era controlar as contas, evitar a fraude e contribuir para uma justa e atrativa remuneração dos acionistas das empresas que ajudou a fundar e, para que isso fosse possível, a moderna contabilidade por partidas dobradas (com o livro diário e o livro razão mutuamente complementados e inter-relacionados entre si) substituiu os antigos livros de receita e de despesa por partidas simples escriturados em apenas um livro de contabilidade – o *livro de razão*. Pombal era conhecedor das virtudes do método da contabilidade por partidas dobradas ao ponto de ter sido ele o redator, confessadamente pelo próprio, dos estatutos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em trabalho conjunto com Manuel da Maia (1672-1768) (veja-se Marcos, 1997, pp. 396-397), um engenheiro militar à época guarda-mor (diretor-geral) do Real Arquivo da Torre do Tombo (Rodrigues e Craig, 2008, p. 397).

¹⁹ As Ordenações Filipinas, publicadas em 1603, incorporaram neste preâmbulo do título 66 do Livro Quinto a Lei de 8 de março de 1597. Portanto, o uso do livro de razão, *de jure*, remonta ao final do século XVI em Portugal. Como lei suprema do reino, as Ordenações Filipinas (com sucessivos aditamentos) constituíram a base jurídica do direito português até à promulgação dos diplomas constitucionais do Liberalismo e das diversas codificações oitocentistas (v.g.: Código Comercial, em 1833; Código Administrativo, em 1836; Código Penal, em 1852; Código Civil, em 1867). Sobre o movimento codificador português do século XIX, consulte-se Costa (1992, pp. 407-428).

em que se lançavam as contas do que se recebe e do que se despende” (Bluteau, 1720, p. 127). Com Pombal, a norma que se citou das Ordenações Filipinas (*Ordenações Filipinas* [1603], *Livro Quinto, título 66, preâmbulo*) foi ampliada pela entrada em vigor do Alvará de 13 de novembro de 1756 (com a assinatura de Sebastião José de Carvalho e Melo), legislação que veio ordenar a obrigatoriedade do uso do livro diário em caso de falência de casas comerciais de negociantes, sem o qual a falência seria considerada fraudulenta (*Alvará de 13 de novembro de 1756 – Lei dos Homens de Negócio Falidos, parágrafo 14*).

Foi, portanto, com Pombal que o uso do livro diário começou a institucionalizar-se, em letra de lei, em Portugal. A imposição do diário como livro de escrituração mercantil foi coerciva; Pombal conhecia bem as fragilidades contabilísticas de experiências de reinados pretéritos, de que constituem exemplo os problemas havidos com as contas das antigas companhias de comércio seiscentistas. Neste sentido, o presente estudo corrobora a afirmação de Ferreira e Regojo (2000, p. 271), quando os autores fazem referência a Pombal como o primeiro governante português a criar condições e a envidar esforços para estabelecer uma estrutura legal para o comércio, incluindo a contabilidade.

Naquilo que respeita particularmente ao Colégio dos Nobres, foi Felix Potier, um fruto da Aula do Comércio de Lisboa, o responsável pelo sistema contabilístico, em partidas dobradas, da organização fundada por Pombal. Não poderia ser de outra maneira, porque a Aula do Comércio foi fundada por Pombal para institucionalizar o ensino e a disseminação das partidas dobradas em Portugal e, segundo Rodrigues *et al.* (2016), os manuscritos de João Henrique de Sousa e Alberto Jáqueri de Sales (os primeiros professores) usados na escola para a aprendizagem da contabilidade não mencionavam as partidas simples, apenas as partidas dobradas. De acordo com os mesmos autores, na óptica dos professores da Aula do Comércio de Lisboa, as partidas dobradas eram consensualmente tidas como o melhor método para prevenir fraudes e erros, entre outras vantagens (Rodrigues *et al.*, 2016).

O Colégio Real dos Nobres assumia-se como uma instituição com receitas próprias, sendo de destacar as elevadas rendas recebidas dos seus diversos ativos imobiliários que lhes foram legados por confisco das propriedades da Companhia de Jesus, expulsa de Portugal em 1759.²⁰ O grande historiador do Colégio Real dos Nobres, Rómulo de Carvalho (1906-1997), sugere que as contas e rendas deste estabelecimento de ensino pombalino melhoraram com a nomeação de Felix Potier para guarda-livros da escola, como colocado em destaque por um relatório de 29 de Agosto de 1767 (final do ano letivo) da autoria de D. Tomás de Almeida (1706-1786) (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colégio dos Nobres, Livro 40, fólio 39r*; Rómulo de Carvalho, 1959, pp. 146-147), o eclesiástico que desde 1759 desempenhava as funções de Director-Geral dos Estudos do Reino e Domínios Ultramarinos.

Neste quadro, a eleição do método das partidas dobradas pode ter sido considerado indispensável para o reconhecimento e para o controlo da contrapartida das operações de

²⁰ O Colégio Real dos Nobres localizou-se na ex-Casa do Noviciado da Companhia de Jesus, propriedade apreendida pelo Governo aos jesuítas em 1759 (Rómulo de Carvalho, 1959).

recebimento e também, na ótica inversa, das operações de pagamento (Hernández Borreguero, 2011, p. 233).

No acervo da Torre do Tombo em Lisboa existe documentação relativa ao Colégio Real dos Nobres em termos de um fundo próprio dedicado a esta instituição de ensino do Antigo Regime. As contas do colégio eram escrituradas na contadoria, repartição a cargo do guarda-livros Felix Potier, ex-aulista do comércio. Na Torre do Tombo existem diversos volumes *in quarto* de borradores do diário, volumes *in folio* de livros diário, volumes *in folio* de livros mestre (livros de razão) e volumes *in quarto* de livros de registo de balanços, entre outros livros contabilísticos. Trata-se de uma proveitosa e oportuna sugestão de trabalho futuro: o Colégio Real dos Nobres utilizava na sua administração financeira o sistema de contabilidade por partidas dobradas. Nas palavras de Alberto Jaquéri de Sales: “para a escritura dobrada se usa de três livros principais, cujos nomes são Borrador, o Diário e o Livro de Razão, ou Livro Mestre. Pode usar-se destes livros em qualquer género de contas; e por este motivo se chamam gerais” (Sales, *Dicionário do Comércio*, vol. 1, ano 1761, *fólio 181*; sublinhados no original).

5. CONCLUSÃO

Este texto acolheu a observação de Santana (1994, p. 114): “é a influência de sucessivas fornadas de homens [antigos contabilistas] mais ou menos obscuros que não deve ser esquecida, não deixando que ela seja obnubilada pela ação de alguns colegas de maior notoriedade”. Por conseguinte, debruçou-se sobre um desses homens não tão frequentados pela historiografia contabilística do século XVIII português, Felix Potier (1741-1790), um guarda-livros nacional filho de um comerciante francês, e explorou fontes primárias novas no contexto da história da contabilidade portuguesa cuja análise contribuiu para o conhecimento.

A segunda metade do século XVIII em Portugal assistiu à fundação de uma tecnologia de Governo cujo objetivo foi o de aumentar o capital humano do corpo de comércio (Costa *et al.*, 2014, p. 269): a Aula do Comércio de Lisboa. Para além do fortalecimento das capacidades educacionais dos negociantes, a escola contribuiu também para que os guarda-livros que ajudou a formar fizessem parte do conjunto das reformas institucionais da administração pública operadas por Pombal entre 1755 e 1777, fundamentalmente. Como refere Baptista da Costa (2016, p. 173), independentemente do sistema político vigente, a profissão (ofício) de contabilista é uma das mais importantes e necessárias ao arranque e consolidação do crescimento da economia de qualquer país.

Um dos técnicos que participou na modernização do Estado português, via um maior controlo sobre as finanças lusitanas, foi Felix Potier (1741-1790), aluno do 1.º curso da Aula do Comércio, primeiro com a sua nomeação para o Erário Régio, em 1763 e, depois, em 1767, com o provimento para a contadoria do Colégio Real dos Nobres, onde fez carreira. Aqui, foi o responsável pela introdução das partidas dobradas na escrituração desta organização, fazendo, pois, parte do programa de reformas de Pombal como ator que ajudou a executar os desígnios modernistas do principal secretário de Estado de D. José. A importância de Felix Potier para a história da contabilidade deve-se a esta circunstância excecional, nunca antes abordada na

literatura, e ao facto de ser um protagonista da contabilidade situado fora da elite económica e financeira da sociedade portuguesa de Setecentos, condição que ajuda a construir uma história da contabilidade inclusiva, da qual façam parte todos os tipos de atores (Gomes e Rodrigues, 2009, pp. 217-218).

O artigo possibilitou, desta forma, a resposta à pergunta de investigação formulada inicialmente, ou seja, a questão de saber quem foi Felix Potier e qual a sua real importância para a história da contabilidade. Dada a abordagem qualitativa inerente a este estudo, acredita-se que foi formulada uma questão de pesquisa apropriada, recolhida evidência empírica adequada ao desenvolvimento do trabalho (autêntica, plausível e relevante) e adotado o correto método de pesquisa que permitiu a resposta à pergunta de partida (ver Major, 2017, p. 176). Por abordagem qualitativa (ou metodologia qualitativa) deve entender-se o modo geral de estudo do tópico de investigação, enquanto o método pode definir-se como a técnica específica de pesquisa (Silverman, 2001, pp. 86-87).

A presente contribuição mostrou que Felix Potier foi o primeiro contabilista com diploma de curso passado pela Aula do Comércio de Lisboa, o que é sempre um pormenor digno de interesse histórico para a construção de conhecimentos relacionados com o início da institucionalização de uma profissão. Na verdade, a evidência empírica aduzida ajuda a suportar a ideia de que o diploma de curso de Potier é o mais longo que a Junta do Comércio passou a um estudante fundacional da Aula do Comércio (isto é, do 1.º curso, 1759-1763), sendo a sua carta de curso, por conseguinte, até prova em contrário, o mais antigo diploma escolar de um guarda-livros português naquelas condições. Contudo, este resultado deve ser encarado com prudência e sob reservas, pois que os alunos do 1.º curso terminaram os seus percursos escolares em maio de 1763, sendo possível que possa haver fontes primárias de arquivo por explorar que testifiquem cartas de curso passadas no período de maio de 1763 a janeiro de 1771.

Também foi revelado nesta exposição um importante item de evidência arquivística até aqui inexplorado: o decreto de nomeação real de Felix Potier como guarda-livros da contadoria do Colégio Real dos Nobres, datado de 30 de abril de 1767. Tal como sucedeu com a Aula do Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1810 no Brasil, “em que aos estudantes foi incutida uma nova mentalidade de contabilidade que ajudou ao desenvolvimento das infraestruturas de Governo” (Araújo, Rodrigues e Craig, 2016, p. 12), também na metrópole os ex-alunos da Aula do Comércio de Lisboa, como Felix Potier, contribuíram para o progresso do reino e das instituições criadas pelo Governo, o Colégio Real dos Nobres, neste caso, uma escola moderna estabelecida com o propósito de ilustrar a nobreza portuguesa e de colocar Portugal ao nível dos países mais ricos e mais avançados da Europa.

Este texto resultou da observação de que as anteriores publicações do diploma de curso de Felix Potier não revelaram na sua completude a fonte primária utilizada e, além disso, de que constam de estudos apenas acessíveis a um número muito restrito de leitores.

Quanto a contribuições efetivas para a história contemporânea da contabilidade portuguesa, como antedito, o artigo permitiu acrescentar conhecimento ao que se sabia sobre um dos primeiros alunos do primeiro curso da Aula do Comércio de Lisboa, Felix Potier.

Revelou, em versão inédita, tanto quanto se julga, a fonte primária correspondente à sua carta de curso. Ampliou, também, o recorte temporal da expressão guarda-livros, localizando-a agora no ano de 1672 (v. capítulo 42 do Regimento da Junta do Comércio Geral do Estado do Brasil, assinado pelo então Príncipe Regente D. Pedro). Permitiu acrescentar, também, à extensa lista de alunos da Aula do Comércio de Lisboa, o nome de mais dois ilustres diplomados pela escola: Joaquim José de Azevedo, o organizador dos preparativos do embarque da família real para o Brasil em 1807 e Francisco Bento Targini, o tesoureiro-mor do Erário Régio que em 1808 se estabeleceu no Brasil por Alvará de 28 de junho (e cujo método de escrituração era o das partidas dobradas, à semelhança do Erário Régio fundado em Lisboa por Pombal em 1761 por Carta de Lei de 22 de dezembro). Estes são aspetos que se podem considerar válidos para a construção da teoria da história da contabilidade em Portugal, já que, uma vez sistematizados, podem fazer parte de programas curriculares da unidade curricular ministrados na academia, em particular se forem construídos sob o prisma da história tradicional da contabilidade.

Crê-se na ideia de que estes novos elementos acrescentados ao conhecimento contabilístico mostram-se válidos para a identificação do processo de emergência, sedimentação e consolidação dos contabilistas portugueses, como grupo profissional em ascensão a partir do último terço do século XVIII.

A concisa referência a épocas anteriores ao século XVIII, menos analisadas, procurou ensejar pesquisa para conhecer melhor como a contabilidade se desenvolveu em Portugal antes da Aula do Comércio.

Com referência à relevância e abrangência do artigo, presume-se que o mesmo tenha interesse para a comunidade internacional por intermédio de cinco pontos:

— primeiro, porque sendo a Aula do Comércio uma instituição de ensino intensivamente focada pela literatura internacional da história da contabilidade (Rodrigues e Craig, 2004; Rodrigues *et al.*, 2004; Rodrigues, Carqueja e Ferreira, 2016), em grande parte por se tratar da primeira escola governamental a ensinar publicamente partidas dobradas, tudo o que lhe esteja associado, neste caso concreto a divulgação internacional do primeiro diploma conhecido de um aluno formado pela escola, tem, por maioria de razão, relevância internacional, na medida em que a Aula do Comércio é correntemente uma escola conhecida em termos universais;

— em segundo posto, porque o escrito refletiu sobre a forma como o conhecimento contabilístico se difundiu no século XVIII num país pequeno, periférico e não anglo-saxónico (muitas das vezes marginalizado no âmbito da literatura universal de língua inglesa), apesar das fortes pressões sentidas pelos académicos portugueses do campo da história da contabilidade para a publicação em inglês em revistas internacionais (Gomes, Giovannoni, Gutiérrez-Hidalgo e Zimnovitch, 2015, pp. 191-194), o que pode potenciar o risco de anglo-saxonização da pesquisa em história da contabilidade (Gomes *et al.*, 2015, pp. 200-201); ainda que, recentemente, tenham sido dados sinais em sentido contrário que vêm combater as narrativas quase hegemónicas de realidades e dimensões históricas provenientes desse espaço (vejam-se, *ad exemplum*, os seguintes estudos que têm o mérito de contrariar a supremacia anglo-saxónica:

para a Argentina, Carrizo, 2013, 2015; para o Brasil, Rodrigues e Sangster, 2013; para a China, Solas e Ayhan, 2007; para a Colômbia, Bonilla, 2010; para a Roménia, Tudor e Mutiu, 2007; e, para a Turquia, Güvemli, 2011);

— em terceiro turno, porque revisitou um tema que não está esgotado (a Aula do Comércio), porquanto subsistem questões sem resposta relacionadas com os estudantes da mais vetusta escola de contabilidade do mundo, as suas vidas e as suas realizações profissionais. A revisitação do tema, além de fundamentar a pertinência da pesquisa, pode ajudar à criação de novas e diferentes motivações para a abordagem de um dos momentos-chave da evolução e institucionalização da profissão de contabilista em Portugal, por norma o primeiro a ser cronologicamente listado pela maioria dos autores (cf. Rodrigues e Gomes, 2002, p. 132; Matos, 2016, p. 25) que ao tópico dedicam as suas pesquisas;

— depois, em quarto lugar, porque o *paper* consolida, em linha com os traços nele apresentados, uma ideia que é sabida, a de que “todas as profissões se baseiam em conhecimento específico que é construído nas instituições de ensino [...] e difundido aos alunos (futuros profissionais) através do ensino” (Rodrigues, 2016a, p. 5);

— e, por último, mas não menos importante, porque a contribuição permite dar continuidade a uma linha de investigação internacional muito profícua nos últimos cinco anos (Rodrigues, Schmidt, Santos e Fonseca, 2011; Rodrigues, Schmidt e Santos, 2012; Araújo, 2013; Rodrigues e Sangster, 2013; Araújo *et al.*, 2016) acerca do processo de institucionalização das partidas dobradas no Brasil e do desenvolvimento da contabilidade nessa antiga colónia portuguesa, nomeadamente porque este artigo deu a conhecer, pela primeira vez na literatura, que o tesoureiro-mor do Erário Régio, organização estabelecida no Brasil em 1808, foi aluno da Aula do Comércio de Lisboa: Francisco Bento Targini (1756-1827) era o seu nome e ele foi aulista do 4.º curso (1771-1774) (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólio 6v*). O lugar de tesoureiro-mor do Erário Régio, correspondia, depois do presidente da instituição, à mais alta função em exercício na organização que, depois da fuga da família real para o Brasil em 1807 como resposta à ocupação francesa em Portugal, o Príncipe D. João decidiu criar no Rio de Janeiro, à semelhança da existente em Lisboa desde 1761. Neste último sentido, com a divulgação de que Francisco Bento Targini foi um antigo estudante da Aula do Comércio lisboeta, o *paper* revelou uma importante fonte de arquivo, mas até ao momento inexplorada, e que está em sintonia com os trabalhos de investigação adicionais pedidos por Araújo *et al.* (2016, p. 14) no que tange à história da contabilidade brasileira, em particular a chamada efetuada para estudos relacionados com o desenvolvimento da contabilidade em contexto de finais do Imperialismo Português. Com efeito, nenhuma evidência documental, quer nacional, quer internacional, havia documentado até ao presente que Francisco Bento Targini, o tesoureiro-mor do Erário Régio brasileiro, de 1808 a 1821, tinha sido estudante da Aula do Comércio de Lisboa, em concreto do seu 4.º curso (1771-1774).

Como destacado por Rémond (1994, p. 14), “só existe verdadeira história quando alargada às dimensões do Globo”. Com a presente publicação, fica assim disponível para a comunidade internacional da história da contabilidade o primeiro diploma de guarda-livros que

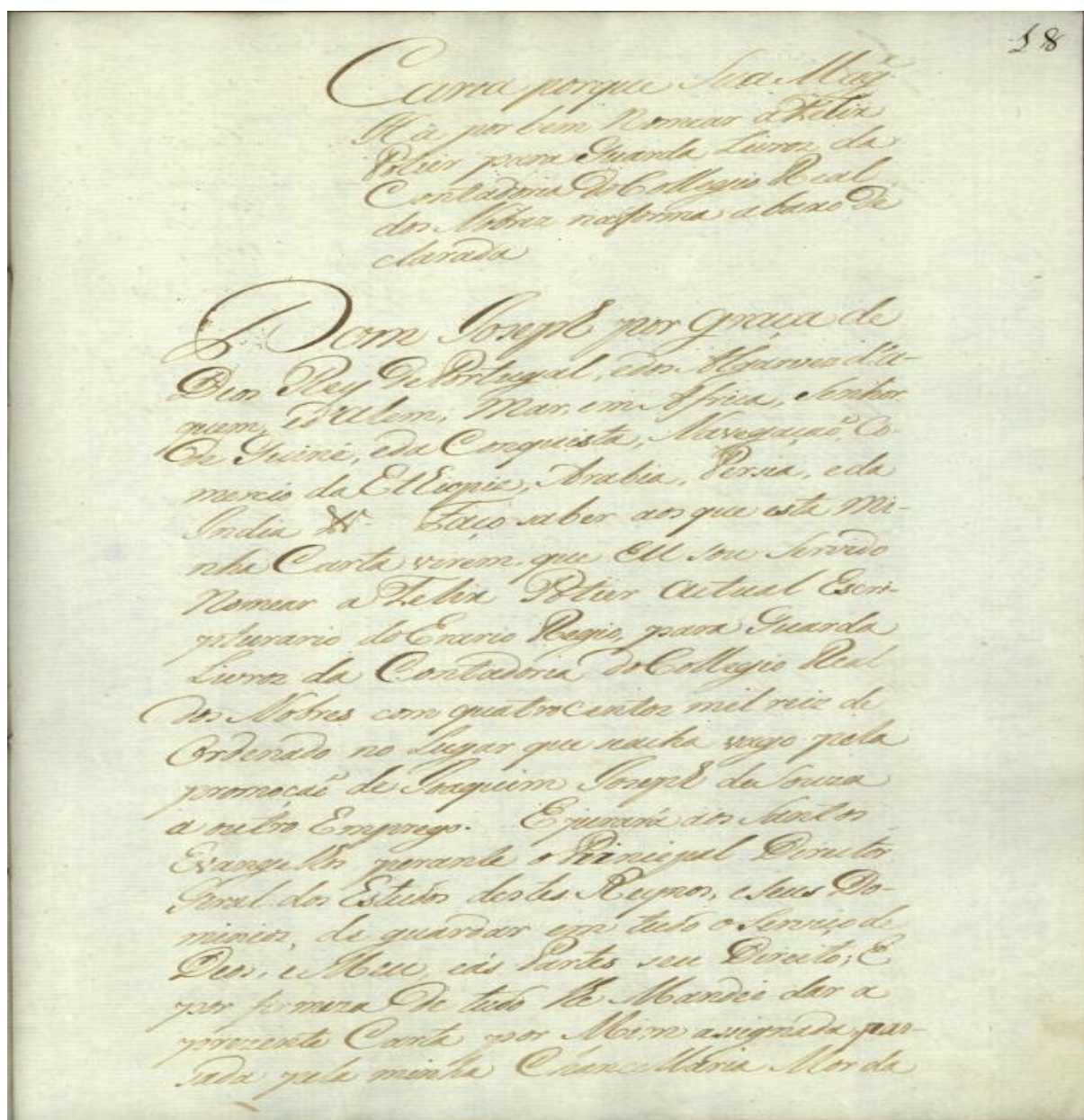
se conhece em Portugal, um documento de inegável interesse para a história da profissão de contabilidade em Portugal, um país com quase 900 anos de história que, ainda que não pertença ao universo privilegiado de países de expressão anglo-saxónica, apresenta uma rica e extensa história da contabilidade, a qual merece ser contada e divulgada. Aqui, estamos de acordo com Carnegie (2005, p. 15) na ideia de que Portugal, com a sua longa e fascinante história, proporciona aos investigadores uma grande diversidade de eventos, atores e assuntos, cuja exploração permitirá aprofundar o conhecimento e a compreensão do passado, ajudando a desconstruir o excessivo anglo-centrismo em que presentemente se alicerça a história da contabilidade internacional.

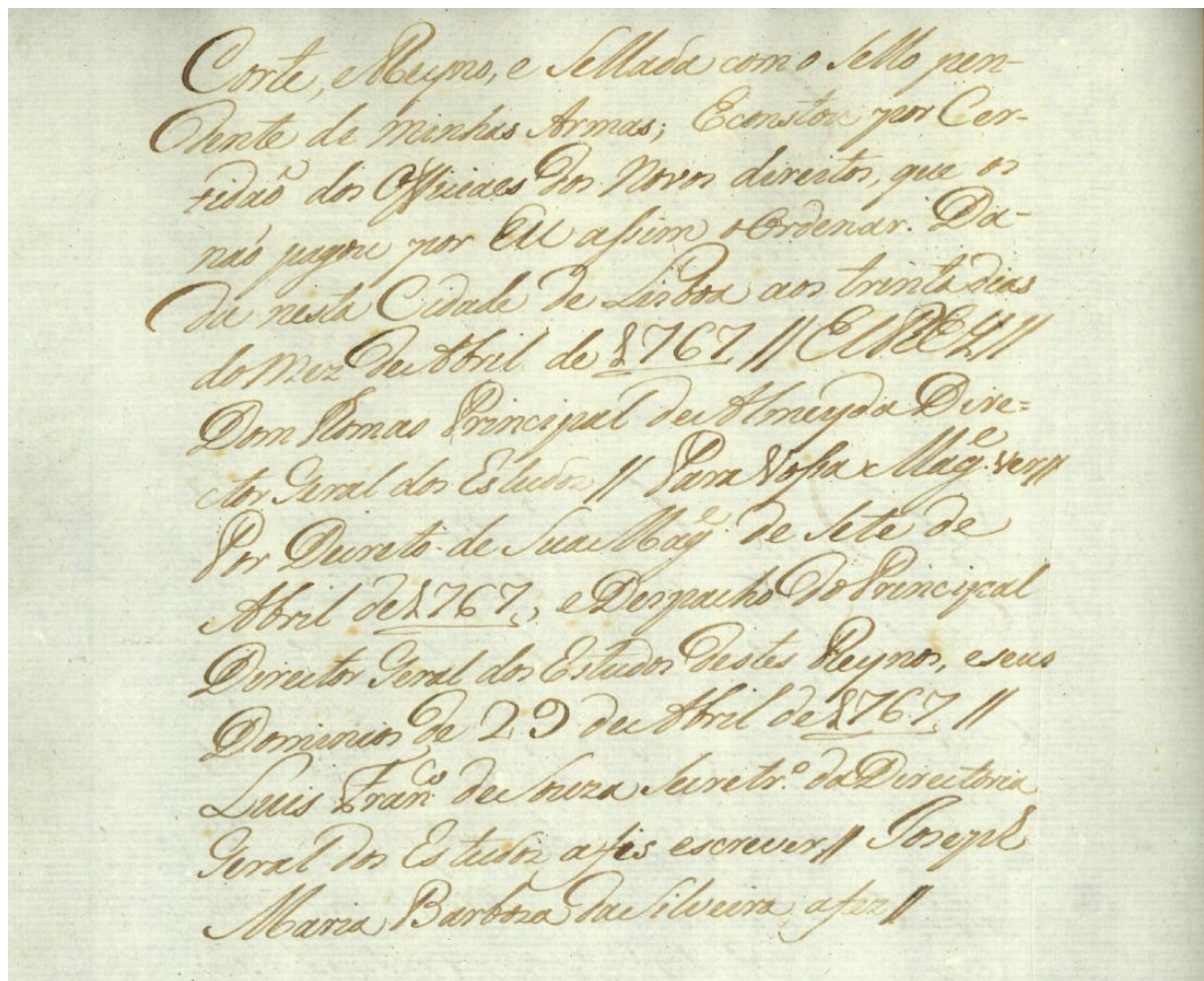
Como pistas para investigação futura, é necessária mais pesquisa adicional que explore os papéis concretos levados a cabo por alunos da Aula do Comércio de Lisboa para o desenvolvimento da contabilidade em Portugal e que em simultâneo tente perceber as suas influências delineadoras mais relevantes, em particular se alguns deles já dominavam a técnica das partidas dobradas mesmo antes da fundação da escola olissiponense em 1759 pelo Marquês de Pombal e se, no caso de a resposta ser afirmativa, com quem aprenderam e em que contextos aprenderam a referida tecnologia. Também seria interessante alargar de forma sustentada o leque das individualidades apresentadas no quadro exibido no início do artigo (quadro 1).

ANEXO – Documento 2

Carta Real de D. José I, de 30 de abril de 1767, nomeando **FELIX POTIER** para Guarda-Livros da Contadoria do Colégio Real dos Nobres.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colégio dos Nobres, Livro 51, fólhos 18r e 18v).





FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS, LEGISLAÇÃO E REFERÊNCIAS CITADAS

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

Colégio dos Nobres

- Livro 40, fólho 39r
- Livro 51, fólho 18r
- Livro 51, fólho 18v

Junta do Comércio

- Livro 328, fólho 6v
- Livro 328, fólho 15r
- Livro 328, fólho 15v
- Livro 328, fólho 36r
- Livro 328, fólho 36v

- Livro 372, fólio 6r

Registos Paroquiais (Lisboa)

- Paróquia de Santa Catarina, Batismos 1739-1747, Livro B11, fólio 56v
- Paróquia de Santa Catarina, Batismos 1739-1747, Livro B11, fólio 57r
- Paróquia de Santos-o-Velho, Casamentos 1776-1782, Livro C16, fólio 25r

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal

- Sales (1761) [Códice 13104]
– Códices 13104, 13105, 13106, 13107: *Dicionário do Comércio*.
[4 volumes manuscritos. Autoria atribuída a Alberto Jaquéri de Sales. As datas dos manuscritos indiciam cópias executadas entre 1761 e 1773].

LEGISLAÇÃO

- **Ordenações Filipinas (1603).**
Livro Quinto, Título 66, Preâmbulo – *Dos mercadores que quebram e dos que se levantam com fazenda alheia*.
In Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal [...]. Compilação, comentários e notas adicionais de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, Brasil: Tipografia do Instituto Filomático. Ano 1870 (p. 1214).
- **Decreto de 19 de setembro de 1672.**
Regimento da Junta do Comércio Geral do Estado do Brasil.
In Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva (vol. 8) (2.ª série). *Legislação de 1657 a 1674*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Sousa. Ano 1856 (pp. 207-220).
- **Alvará de 13 de novembro de 1756.**
Lei dos Homens de Negócio Falidos.
In Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maigrense. Ano 1830 (pp. 447-453).
- **Alvará de 19 de maio de 1759.**
Estatutos da Aula do Comércio [data da aprovação régia dos Estatutos].
In Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maigrense. Ano 1830 (pp. 655-660).
- **Carta de Lei de 7 de março de 1761.**
Estatutos do Real Colégio dos Nobres.
In Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maigrense. Ano 1830 (pp. 773-792).
- **Carta de Lei de 22 de dezembro de 1761.**
Instituição do Erário Régio e Extinção da Casa dos Contos.
In Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo

Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maigrense. Ano 1830 (pp. 816-835).

- **Carta de Lei de 30 de agosto 1770.**

Lei de Matrícula na Junta do Comércio dos Negociantes de Lisboa e Declaração dos Empregos para que é precisa a Aprovação da Aula do Comércio.

In Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Tipografia Maigrense. Ano 1829 (pp. 491-495).

- **Lei n.º 139, de 7 de setembro de 2015 [anexo II]**

Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.

REFERÊNCIAS CITADAS NO CORPO DO TEXTO

AA. VV. (1994), *História de Portugal em Datas*. Coord. de Rodrigues, A. S. e aut. de Capelo, R. G., Monteiro, A. J., Nunes, J. P. A., Rodrigues, A. S., Torgal, L. F. e Vitorino, F. M.. Lisboa: Círculo de Leitores.

Aguilar, M. B. (1935), *O Real Colégio dos Nobres (1761-1837)*. Lisboa: Tipografia da Cadeia Penitenciária de Lisboa.

Almanach para o ano de MDCCLXXXVIII (1788). Lisboa: Academia Real das Ciências.

Antunes, M. T. (2012), “Notas sobre a Academia das Ciências de Lisboa”. *Revisores E Auditores* 58, pp. 57-58.

Araújo, W. G. e Rodrigues, L. L. (2013), “As primeiras Aulas do Comércio do Brasil no século XIX”. Comunicação apresentada ao *XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria* (Lisboa, 10-11 Out.), pp. 1-23.

Araújo, W. G., Rodrigues, L. L. e Craig, R. (2016), “‘Empire as an imagination of the centre’: The Rio de Janeiro School of Commerce and the development of accounting education in Brazil”. *Critical Perspectives on Accounting*, pp. 1-16 [forthcoming]. [DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2016.10.002>].

Azevedo, M. C. (1961), *A Aula do Comércio, Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente Criado no Mundo*. Lisboa: Escola Comercial Ferreira Borges.

Baptista da Costa, C. (2006), “Editorial: Uma data e um nome que não podem ser esquecidos”. *Revista de Contabilidade & Finanças* (3.ª série) [Lisboa, Portugal] 85, pp. 3-4.

Baptista da Costa, C. (2016), *Reflexões Contabilísticas*. Carcavelos: Rei dos Livros.

Barata, A. S. (1998), “Contabilidade: evolução e ensino”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 217, pp. 119-146.

Bluteau, R. (1720), *Vocabulário Português e Latino [...]* (vol. 7). Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva.

Bonilla, C. O. R. (2010), “Confiscación de bienes eclesiásticos en Colombia. La contabilidad de la Agencia General de Bienes Desamortizados (1861-1888)”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 7(12), pp. 41-83.

Borges de Macedo, J. (1971), “Companhias comerciais”. In **Serrão, J.** (org.) (1971), *Dicionário de História de Portugal* (vol. 1) (pp. 636-644). Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Boxer, C. R. (1949), “Padre António Vieira, S. J., and the institution of the Brazil Company in 1649”. *The Hispanic American Historical Review* 29(4), pp. 474-497.

Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A., Hughes, J. e Nahapiet, J. (1980), “The roles of accounting in organizations and society”. *Accounting, Organizations and Society* 5(1), pp. 5-28.

Caiado Guerreiro, T. (2007), “Interesse público da profissão”. *Jornal de Contabilidade* 366, pp. 283-287.

- Caria, A. A. e Rodrigues, L. L.** (2014), “The evolution of financial accounting in Portugal since the 1960s: a new institutional economics perspective”. *Accounting History* 19(1-2), pp. 227-254.
- Cardoso, J. L.** (1984), “Uma “Notícia” esquecida: o ensino da Economia na Aula do Comércio”. *Estudos de Economia* 5(1), pp. 87-112.
- Cardoso, J. L.** (1989), *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Estampa.
- Cardoso, J. L. e Cunha, A. M.** (2012), “Enlightened reforms and economic discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750-1808)”. *History of Political Economy* 44(4), pp. 619-641.
- Carmona, S.** (2004), “Accounting history research and its diffusion in an international context”. *Accounting History* 9(3), pp. 7-23.
- Carmona, S. e Zan, L.** (2002), “Mapping variety in the history of accounting and management practices”. *European Accounting Review* 11(2), pp. 291-304.
- Carnegie, G. D.** (2005), “O passado da contabilidade em Portugal”. *Contabilidade e Gestão (Portuguese Journal of Accounting and Management)* 1, pp. 15-17.
- Carnegie, G. D. e Walker, S. P.** (2007a), “Household accounting in Australia: prescription and practice from the 1820s to the 1960s”. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 20(1), pp. 41-73.
- Carnegie, G. D. e Walker, S. P.** (2007b), “Household accounting in Australia: a microhistorical study”. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 20(2), pp. 210-236.
- Carqueja, H. O.** (2002), *Do Saber da Profissão às Doutrinas da Academia* [Separata anexa à *Revista de Contabilidade e Comércio* 234/235].
- Carqueja, H. O.** (2010), *Arte da Escritura Dobrada que Ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa Copiada para Instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no Ano de 1765 – Comentário, Fac-Símile e Leitura*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Carqueja, H. O.** (2011a), “Apontamento sobre a contabilidade em Portugal entre 1900 e 1950”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 8(14), pp. 3-49.
- Carqueja, H. O.** (2011b), ““Mercador Exacto”, primeiro livro, impresso em português sobre partidas dobradas”. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 4, pp. 609-644.
- Carqueja, H. O.** (2012), “O *Tratado sobre as Partidas Dobradas*, editado em 1764, em Turim”. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 5, pp. 125-163.
- Carrizo, W.** (2013), “Contabilidad y Asociaciones Mutuales. Cien años de la Asociación Española de Socorros Mutuos de Comodoro Rivadavia en la Patagonia Argentina (1910 - 2010)”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 10(18), pp. 81-110.
- Carrizo, W.** (2015), “Contabilidad y profesión: la evolución de la profesión de Contador Público y de las instituciones de enseñanza de la contabilidad en la República Argentina (1794-1960). Particularidades de la Región Patagónica”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 12(23), pp. 6-29.
- Coelho, P.** (2015), “Uma abordagem sociológica à evolução da profissão contabilística em Portugal”. Comunicação apresentada ao *VIII Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos Contabilistas Certificados* (Lisboa, 11 Dez.), pp. 1-25.
- Constâncio, F. S.** (1839), *História do Brasil – desde o seu Descobrimento por Pedro Álvares Cabral até à Abdicação do Imperador D. Pedro I* (vol. 2). Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud.
- Costa, L. F., Lains, P. e Miranda, S. M.** (2014), *História Económica de Portugal – 1143 a 2010* (3.ª ed.). Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Costa, M. J. A.** (1992), *História do Direito Português* (2.ª ed.). Coimbra: Almedina.

- Ferreira, L. F.** (2003), “Accounting in Portugal”. In **Alexander, D. e Archer, S.** (eds.) (2003), *Miller’s European Accounting Guide* (5th ed.) (pp. 12.01-12.83). New York: Aspen Publishers.
- Ferreira, L. F., Kedsle, M. e Freitas, M. V.** (1995), “The history of accounting in Portugal, with special reference to the Aula do Comercio”. Comunicação apresentada ao *18th European Accounting Association Congress* (Birmingham, 10-12 Mai.), pp. 1-22. [o autor agradece a Leonor Fernandes Ferreira a gentil disponibilização do *paper*].
- Ferreira, L. F. e Regojo, P.** (1996a), “A regulamentação contabilística em Portugal” [parte 1]. *Jornal de Contabilidade* 230, pp. 119-128.
- Ferreira, L. F. e Regojo, P.** (1996b), “A regulamentação contabilística em Portugal” [parte 2]. *Jornal de Contabilidade* 231, pp. 155-162.
- Ferreira, L. F. e Regojo, P.** (2000), “Accounting regulation in Europe – Portugal”. In **McLeay, S.** (ed.) (2000), *Accounting Regulation in Europe* (pp. 270-299). London: McMillan.
- Ferreira, R. F.** (1984), *Normalização Contabilística*. Coimbra: Livraria Arnado.
- Ferreira, R. F.** (1996), “Panorama da normalização contabilística em Portugal”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 210, pp. 151-167.
- Ferreira, R. F.** (1997), “Retrospectiva da normalização contabilista em Portugal”. *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa* 382, pp. 173-177.
- Flick, U.** (2009), *An Introduction to Qualitative Research* (4th ed.). London: SAGE Publications.
- Gil, A. C.** (2002), *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4.^a ed.). São Paulo, Brasil: Editora Atlas.
- Gomes, D.** (2007), *Accounting Change in Central Government – the Institutionalization of Double Entry Bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)*. Braga: Universidade do Minho; Escola de Economia e Gestão. Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais, especialização em Contabilidade.
- Gomes, D., Carnegie, G. D. e Rodrigues, L. L.** (2008), “Accounting change in central government: the adoption of double entry bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761)”. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 21(8), pp. 1144-1184.
- Gomes, D., Carnegie, G. D. e Rodrigues, L. L.** (2014), “Accounting as a technology of government in the Portuguese Empire: the development, application and enforcement of accounting rules during the pombaline era (1761-1777)”. *European Accounting Review* 23(1), pp. 87-115.
- Gomes, D., Giovannoni, E., Gutiérrez-Hidalgo, F. e Zimnovitch, H.** (2015), “Moving from regional to international publishing in accounting history: pressures, issues, strategies and implications”. *Accounting History* 20(2), pp. 183-205.
- Gomes, D. e Rodrigues, L.L.** (2009), “Investigação em história da Contabilidade. In **Major, M. J. e Vieira, R.** (eds.) (2009), *Contabilidade e Controlo de Gestão – Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 211-239). Lisboa: Escolar Editora.
- Gomes, J. F.** (1982), *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Gonçalves, C. M.** (2008), “Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento”. *Sociologia – Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (1.^a série) 17-18, pp. 177-223.
- Gonçalves, M.** (2009), *Institucionalização do Ensino da Contabilidade em Portugal nos Séculos XVIII e XIX*. Aveiro: Universidade de Aveiro; Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria.
- Gonçalves, M.** (2013), “Emergência e desenvolvimento da contabilidade por partidas dobradas. Traços gerais de um homem de negócio da Praça de Lisboa: José Francisco da Cruz, tesoureiro-geral do Erário Régio português, 1761”. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 3(12), pp. 669-696.

- Gonçalves, M.** (2015), “(Algo de novo sobre) João Baptista Bonavie (1705-1780)”. Comunicação apresentada ao VIII Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos Contabilistas Certificados (Lisboa, 11 Dez.).
- Gonçalves, M.** (2016), “Relação dos primeiros contabilistas formados em Portugal por via institucional (1759-1763: Aula do Comércio de Lisboa)”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 13(25), pp. 91-111.
- Gonçalves, M., Lira, M. e Marques, M. C.** (2013), “Finanças públicas e contabilidade por partidas dobradas: uma visita guiada pela literatura sobre as três figuras cimeiras do Erário Régio Português, 1761”. *Revista Universo Contábil* 9(2), pp. 142-173.
- Gonçalves, M. e Marques, M. C.** (2015), “Portugal, 1761: the role of the businessman José Francisco da Cruz (1717-1768) in the development of accounting”. *Accounting and Financial History Research Journal* 8, pp. 239-259.
- Gonçalves da Silva, F. V.** (1953), *O Ensino da Contabilidade nas Escolas Superiores de Economia*. Porto: Tipografia Porto Médico.
- Gramoza, J. P. F.** (1882), *Sucessos de Portugal – Memórias Históricas, Políticas e Civis em que se descrevem os mais Importantes Sucessos Ocorridos em Portugal desde 1742 até ao ano de 1804* (vol. 1). Lisboa: Tipografia do Diário da Manhã.
- Guimarães, J. C.** (2005), “Os primeiros livros portugueses sobre contabilidade”. In **Guimarães, J. C.** (org.) (2005), *História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens* (pp. 509-532). Lisboa: Áreas Editora.
- Guimarães, J. C.** (2008), “O livro “Tratado sobre as Partidas Dobradas”, de autor anónimo”. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* 103, pp. 38-47.
- Guimarães, J. C.** (2009a), “A profissão de contabilista em Portugal”. In **Guimarães, J. C.** (org.) (2009), *A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal* (pp. 99-130). Porto: Vida Económica.
- Guimarães, J. C.** (2009b), “Alguns dos acontecimentos mais importantes da evolução da contabilidade e da profissão de contabilista em Portugal desde 1755 até hoje”. In **Guimarães, J. C.** (org.) (2009), *A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal* (pp. 23-43). Porto: Vida Económica.
- Guimarães, J. C.** (2009c), “História (breve) da regulamentação da profissão de contabilista em Portugal”. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* 117, pp. 30-43.
- Guimarães, J. C.** (2010), “A profissão de contabilidade em Portugal”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 240, pp. 731-783.
- Guimarães, J. C.** (2011), “Rogério Fernandes Ferreira e a “normalização contabilística””. In **Guimarães, J. C.** (org.) (2011), *Os Mestres/Professores de Contabilidade em Portugal – Reconhecimento do Mérito e Homenagens* (pp. 117-128). Porto: Vida Económica.
- Güvemli, B.** (2011), “Development of the merdiban method in the Ilkhanate state (1251 - 1353 a.D.) and its transition to the Ottoman State accountancy”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 8(14), pp. 79-98.
- Hernández Borreguero, J. J.** (2011), “La elección del método contable: el caso del Cabildo Catedral de Sevilla (siglo XVII)”. *Pecunia* 13 [Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad de León], pp. 221-234.
- Labourdette, J.-F.** (1988), *La Nation Française a Lisbonne de 1669 a 1790 – entre Colbertisme et Libéralisme*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais.
- Lima, O.** (1908), *Dom João VI no Brasil: 1808-1821* (vol. 2). Rio de Janeiro, Brasil: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C.

- Major, M. J.** (2017), “Positivism and “alternative” accounting research”. *Revista Contabilidade & Finanças* [São Paulo, Brasil] 28(74), pp. 173-178.
- Matos, C. G.** (2016), *A Responsabilidade dos Contabilistas Certificados no Exercício da sua Atividade Profissional – a responsabilidade tributária*. Coimbra: Almedina.
- Matthews, D. R.** (2017), “Accountants and the professional project”. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 30(2), pp. 306-327.
- Monteiro, N. G.** (2006), *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Nemésio, G. M.** (2016), *Famílias Italianas em Portugal* [a publicar]. [O autor agradece ao Dr. Gonçalo Monjardino Nemésio a prestimosa correspondência trocada].
- Nóvoa, A. S.** (1987), “Do mestre-escola ao professor do ensino primário – subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX)”. *Análise Psicológica* 3(V), pp. 413-440.
- Nunes, M. V.** (2016), *Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados – Anotado*. Porto: Vida Económica.
- Oliveira, A.** (2001), “Os inicianos e as companhias de comércio em Portugal”. In **Ramos, L. A. O., Polónia, A. e Ribeiro, J. M.** (coords.) (2001), *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques* (vol. 2) (pp. 200-207). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pedreira, J. e Costa, F. D.** (2006), *D. João VI – o Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ramos, L. O.** (1979), *Da Ilustração ao Liberalismo*. Porto: Lello & Irmão.
- Ramos, L. O.** (2007), *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ratton, J.** (1813), *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapsso de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810*. Londres: H. Bryer.
- Rau, V.** (1951), *A Casa dos Contos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- Raupp, F. M. e Beuren, I. M.** (2006), “Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais”. In **Beuren, I. M.** (org.), **Longaray, A. A., Raupp, F. M., Sousa, M. A. B., Colauto, R. D. e Porton, R. A. B.** (2006), *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática* (3.^a ed.) (pp. 76-97). São Paulo, Brasil: Editora Atlas.
- Rémond, R.** (1994), *Introdução à História do Nosso Tempo – do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Trad. do francês por Teresa Loureiro. Lisboa: Gradiva.
- Revista de Contabilidade e Comércio* (1934), “Um antigo diploma de guarda-livros”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 8, p. 325.
- Rocha, A. e Gomes, D.** (2002), “Um contributo para a história da contabilidade em Portugal (séculos XIV a XVII)”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 231, pp. 591-634.
- Rodrigues, L. L.** (2016a), “Tributo a António Domingues de Azevedo: fundador e primeiro Bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados”. *Contabilidade e Gestão (Portuguese Journal of Accounting and Management)* 19, pp. 5-7.
- Rodrigues, L. L., Carqueja, H. O. e Ferreira, L. F.** (2016), “Double-entry bookkeeping and the manuscripts dictated in the Lisbon School of Commerce”. *Accounting History* 21(4), pp. 489-511.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R.** (2004), “English mercantilist influences on the foundation of the Portuguese School of Commerce”. *Atlantic Economic Journal* 32(4), pp. 329-345.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R.** (2008), “Recovery amid destruction: Manoel da Maya and the Lisbon Earthquake of 1755”. *Libraries & the Cultural Record* 43(4), pp. 397-410.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R.** (2009), “Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759-1784”. *Critical Perspectives on Accounting* 20(3), pp. 379-398.

- Rodrigues, L. L. e Craig, R.** (2010), “Os dois primeiros professores da Aula de Comércio e a ideologia do Estado”. *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 126, pp. 44-55.
- Rodrigues, L. L., Craig, R. e Gomes, D.** (2007), “State intervention in commercial education: the case of the Portuguese School of Commerce, 1759.” *Accounting History* 12(1), pp. 55-85.
- Rodrigues, L. L. e Gomes, D.** (2002), “Evolução da profissão dos Técnicos de Contas em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias”. *Jornal de Contabilidade* 302, pp. 131-141.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R.** (2003a), “Corporatism, Liberalism and the accounting profession in Portugal since 1755”. *The Accounting Historians Journal* 30(1), pp. 95-128.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R.** (2003b), “Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo?”. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas* 34, pp. 46-54.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R.** (2004), “Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the ‘Enlightenment’”. *Accounting History* 9(3), pp. 53-71.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R.** (2005), “Corporativismo, Liberalismo e a profissão contabilística em Portugal”. In **Guimarães, J. C.** (org.) (2005), *História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens* (pp. 167-198). Lisboa: Áreas Editora.
- Rodrigues, L. L. e Sangster, A.** (2013), “The role of the state in the development of accounting in the Portuguese-Brazilian Empire, 1750-1822”. *Accounting History Review* 23(2), pp. 161-184.
- Rodrigues, L. L., Schmidt, P. e Santos, J. L.** (2012), “The origins of modern accounting in Brazil: influences leading to the adoption of IFRS”. *Research in Accounting Regulation* 24(1), pp. 15-24.
- Rodrigues, L. L., Schmidt, P., Santos, J. L. e Fonseca, P. C. D.** (2011), “A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860-1964”. *Accounting History* 16(1), pp. 111-123.
- Rodrigues, M. B.** (2011), “Os homens do Erário Régio”. *Pecunia* 13 [Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad de León], pp. 59-81.
- Rodrigues, M. B.** (2016b), “Erário Régio: contadores, devedores e credores e respectivos saldos”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 13(24), pp. 41-56.
- Rómulo de Carvalho** (1959), *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772)*. Coimbra: Atlântida.
- Santana, F.** (1974), *Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio*. Lisboa: Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio.
- Santana, F.** (1985), “A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa”. *Ler História* 4, pp. 19-30.
- Santana, F.** (1987a), “A Aula do Comércio de Lisboa. III – Dos programas aos exames” [parte 2]. *Lisboa - Revista Municipal* (2.ª série) 19, pp. 41-54.
- Santana, F.** (1987b), “A Aula do Comércio de Lisboa. V – Abecedário de lentes e aulistas”. *Lisboa – Revista Municipal* (2.ª série) 21, pp. 23-34.
- Santana, F.** (1987c), “A Aula do Comércio de Lisboa. VI”. *Lisboa – Revista Municipal* (2.ª série) 22, pp. 41-48.
- Santana, F.** (1988), “A Aula do Comércio de Lisboa. VII (conclusão)”. *Lisboa – Revista Municipal* (2.ª série) 23, pp. 19-30.
- Santana, F.** (1994), “Aula do Comércio”. In **Santana, F. e Sucena, E.** (orgs.) (1994), *Dicionário da História da Lisboa* (pp. 114-115). Mem Martins: Europam.

- Saraiva, H. I. B., Alves, M. C. G. e Gabriel, V. M. S.** (2015), “As raízes do processo formal de harmonização contabilística, a sua evolução e influência em Portugal”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 12(22), pp. 172-204.
- Sequeira, G. M.** (1916), *Depois do Terramoto – Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa* (vol. 1). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Silva, I. F.** (1859), *Dicionário Bibliográfico Português – Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil* (vol. 2). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silverman, D.** (2001), *Doing Qualitative Research – a Practical Handbook* (3rd ed.). London: SAGE Publications.
- Solas, C. e Ayahn, S.** (2007), “The historical evolution of accounting in China: the effects of culture”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 4(7), pp. 146-173.
- Sousa Franco, A. L. e Paixão, J. C.** (1995), *Magistrados, Dirigentes e Contadores do Tribunal de Contas e das Instituições que o Precederam – Finais do Século XVIII a 31-12-1992*. Lisboa: Tribunal de Contas.
- Stake, R. E.** (2012), *A Arte da Investigação com Estudos de Caso* (3.^a ed.). Trad. do inglês por Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Subtil, J.** (2006), “O governo da fazenda e das finanças (1750-1974)”. In **Cruz, M. P.** (coord.) (2006), *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças, 1788-2006: uma iconografia* (pp. 35-69). Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Tudor, A. T. e Mutiu, A.** (2007), “Important stages in the development of Romanian accounting profession (from 1800 up to now)”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad (Spanish Journal of Accounting History)* 4(6), pp. 183-199.
- Yin, R. K.** (2009), *Case Study Research – Design and Methods* (4th ed.). Los Angeles: SAGE Publications.

Miguel Gonçalves

Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCA de Coimbra – Coimbra Business School), PORTUGAL. Email: mgoncalves@iscac.pt

ORCID code: orcid.org/0000-0003-0318-9251